

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR - ENS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PRISCILA LEYLANE COSTA DA SILVA

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: ANÁLISE DE DOIS VÍDEOS EDUCATIVOS

Manaus/2021

PRISCILA LEYLANE COSTA DA SILVA

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: ANÁLISE DE DOIS VÍDEOS EDUCATIVOS

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas como requisito parcial para obtenção de título de graduada, sob orientação do Prof. Dr. Marcio Gonçalves dos Santos.

Manaus/2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586d Silva, Priscila Leylane Costa da
Diversidade sexual : uma análise de dois vídeos
educativos / Priscila Leylane Costa da Silva. Manaus :
[s.n], 2021.
69 f. : ; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

Inclui bibliografia

Orientador: Santos, Marcio Gonçalves dos

1. Diversidade sexual. 2. Homofobia. 3. Formação de
professores. I. Santos, Marcio Gonçalves dos (Orient.). II.
Universidade do Estado do Amazonas. III. Diversidade
sexual

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: ANÁLISE DE DOIS VÍDEOS EDUCATIVOS

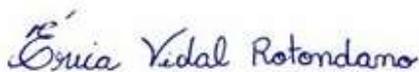
Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas como requisito parcial para obtenção de título de graduada, sob orientação do Prof. Dr. Marcio Gonçalves dos Santos.

Aprovada em ____ de _____ de _____

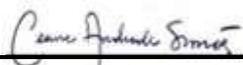
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Gonçalves dos Santos - Orientador



Profa. Dra. Érica Vidal Rotondano - Membro



Profa. MSc. Ceane Andrade Simões - Membro

DEDICATÓRIA

À minha família, aos meus amigos, aos meus professores, pelo apoio e perseverança, e a mim mesmo, pois sempre duvidei ser capaz de fechar esse ciclo. Aos meus pais, ao meu amado irmão e à minha companheira nessa jornada da vida e aos meus amigos que sempre me incentivaram, até quando eu mesmo já havia desistido. Essa vitória não é só minha, é nossa!

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ter a oportunidade de encerrar esse primeiro ciclo da minha vida acadêmica em meio a uma pandemia. Estar aqui é uma dádiva e incentivo a perceber que a vida pede mais simplicidade e a gente pode fazer o mundo melhor. Foram muitos pedidos de oração ao pai eterno para que me desse forças para chegar até aqui e ele me atendeu.

À minha mãe, Lusanira, como uma boa professora que sempre foi, me mostrou que a educação é o caminho para uma sociedade melhor, ela que me ajudou de todas as formas que uma mãe pode ajudar uma filha. Desejo um dia ser pelo menos a metade da ótima profissional que ela foi e da pessoa que ela é, grata por tanto amor. Ao meu pai, Ruy, que sempre foi muito exigente com relação a educação dos filhos e tinha a hora dos estudos como algo primordial na nossa infância, minha eterna gratidão por tudo. Amo-vos profundamente!

Ao meu irmão, meu querido e amado irmão Rodrigo, por tudo o que somos um para o outro, obrigada por existir, por tanto amor e companheirismo ao longo de toda vida. Te amo demais!

À minha eterna namorada Liliane, pelo amor, compreensão, pelos momentos de bronca e persistência em eu terminar essa pesquisa, por me poupar da luta cotidiana durante esses últimos meses para que eu focasse e persistisse nela. Gratidão!

A todos os meus amigos e amigas da UEA, o que seria de mim sem eles ao longo dessa jornada acadêmica? Gratidão por tudo, principalmente à Claudicy de Mello pelo exemplo de pessoa e acadêmica; à Paula Naranjo, que me indicou várias leituras quando conversamos sobre a temática da pesquisa, foi primordial sua ajuda até aqui, à sua amizade e por tanto mais; à Zilandra, pelo carinho e amizade ao longo de todos esses anos, à Antonia Andrade pelo incentivo e amizade; e a todos os que fizeram esses anos de estudo muito melhores do que esperei que fossem.

Aos meus queridos mestres por tanta partilha nos ensinamentos, principalmente ao meu orientador Márcio Gonçalves dos Santos por ter aceitado o desafio de me ajudar no momento que achei ser impossível produzir essa pesquisa. Estou realizando um sonho e sou muito grata por isso!

EPÍGRAFE

*“Eu quero desaprender para aprender de novo.
Raspar as tintas com que me pintaram.
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos”.*

Rubem Alves

RESUMO

Esta pesquisa intitula-se “Diversidade sexual na escola: uma análise de dois vídeos educativos. Tem como objetivo geral analisar o processo educacional sobre diversidade sexual a partir da análise de dois vídeos educativos divulgados na mídia nacional. Os objetivos específicos foram: Observar nos depoimentos dos participantes dos vídeos, concepções acerca do tema diversidade sexual no contexto do espaço escolar; verificar implicações do ensino sobre diversidade sexual na formação e aprendizagem dos alunos e docentes; problematizar a formação dos professores à luz da diversidade sexual nas propostas curriculares do curso de Pedagogia. A proposta da pesquisa ocorreu a partir das observações dos estágios e nas vivências cotidianas da universidade. Este estudo faz uso da abordagem qualitativa de caráter exploratório sob a ótica de alguns teóricos, dentre eles, Michel Foucault. Para aprofundar a pesquisa foram utilizados dois vídeos documentários que estão disponíveis na mídia social. Como resultado, apontamos quatro categorias que surgem a partir dessa análise: 1. Corpos, Gêneros, Sexualidades: o que nos espera na escola. 2. O papel da escola na regulação sexual dos corpos: você precisa mudar esse seu jeito. 3. Psicologização da sexualidade e moral religiosa: *"Você sabe que Deus abomina isso, né?"* 4. Concepções de educadores sobre diversidade na escola. Como resultado das análises, compreendemos que há possibilidades de enfrentamento e combate à homofobia através de um currículo voltado para a diversidade sexual e a formação de professores.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Homofobia. Formação de professores

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.
AIDS Acquired Immune Deficiency Syndrome.
BSH Programa Brasil Sem Homofobia.
CFM Conselho Federal de Medicina.
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
CID Código Internacional de Doenças. EBHO Encontro Brasileiro de Homossexuais.
DST/AIDS Doenças Sexualmente Transmissíveis / Acquired Immune Deficiency Syndrome.
ENTLAIDS Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra Aids.
GGB Grupo Gay da Bahia.
HIV Human Immunodeficiency Virus.
LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
LGBTQIA+. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais+
MEC Ministério da Educação
MHB Movimento Homossexual Brasileiro.
OAB/AM Ordem de Advogados do Brasil/Amazonas
OMS Organização Mundial da Saúde
ONGs Organizações Não Governamentais.
PCN Parâmetros Curriculares Nacionais
SEED Secretaria de Educação e Esporte.
SENALE Seminário Nacional de Lésbicas.
SUS Sistema Único de Saúde.
STF Superior Tribunal Federal.
USP Universidade de São Paulo.
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.	13
2.1 Diversidade sexual: conceitos e definições.	13
2.1.1 A História da Sexualidade.....	15
2.1.2 A História do Movimento Social LGBT.....	17
2.2 Diversidade sexual no contexto escolar.	22
2.3 Enfrentando a homofobia: o direito não é só seu, é nosso!.....	24
2.4 O currículo e a formação dos professores.	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1 Paradigmas da pesquisa.....	29
3.2 Tipo de Pesquisa.....	29
3.3 Sujeitos da Pesquisa.	30
3.4 Técnicas de Coleta e Análise de Dados.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
4.1 <i>O que nos espera na escola?:</i> Corpos, Gêneros, Sexualidades.....	33
4.2 <i>“Você precisa mudar esse seu jeito”:</i> O papel da escola na regulação sexual dos corpos....	37
4.3 <i>“Você sabe que Deus abomina isso, né?”</i> Psicologização da sexualidade e moral religiosa .	41
5.4 Concepções de educadores sobre diversidade na escola.....	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

A temática da diversidade sexual, apesar de ser um amplo debate, ainda é um assunto tabu no contexto escolar. Durante a graduação, me interessei por pesquisar esse tema, buscando entender por que e quais são os motivos que corroboram para que o tabu e certas regulações sexuais, ainda persistam no contexto escolar.

No segundo estágio da graduação, surgiu o desejo de estudar o tema por conta de um episódio com um aluno do 5º ano. Este foi vítima de piadinhas homofóbicas enquanto apresentava um trabalho no quadro. Além do interesse de cunho pessoal, passei a pensar na minha formação de forma crítica e buscar entender por que ainda não sabemos lidar com a diversidade e acabamos deixando passar no cotidiano escolar situações como essa. Para além dessa crítica, essa pesquisa parte da vontade de me compreender como pessoa diversa e como futura educadora entender onde surge o problema, contribuindo assim para o surgimento de outras questões, pois a temática possui grande valor e relevância na pesquisa social e educacional.

A problemática da pesquisa foi a questão da homofobia, buscando entender por que ocorre esse fenômeno nas escolas, surgindo os seguintes questionamentos: Por que a homofobia está tão presente no contexto escolar? Como lidar com a diversidade sexual? Quais ferramentas os professores podem utilizar diante da manifestação da homofobia?

A pesquisa foi direcionada através desses questionamentos tendo como objetivo geral: Contribuir à análise sobre a diversidade sexual no contexto escolar a partir de dois vídeos educativos. Por meio dos depoimentos transcritos a partir dos vídeos, pode-se pensar em possibilidades de mudança na formação docente. Isso me fez pensar em três objetivos específicos: Observar nos depoimentos o que de diferente se apresentou acerca da diversidade sexual no contexto do espaço escolar; analisar as implicações da diversidade sexual na formação ensino-aprendizagem dos alunos e docentes no processo das relações de poder; problematizar a formação dos professores à luz da diversidade sexual nas propostas curriculares do curso de Pedagogia.

Essa problemática da formação de professores é mais evidente, pois ao longo do curso vivenciei poucas vezes o tema da diversidade na grade curricular e elas ocorreram em algumas disciplinas das psicologias, algo que me preocupou, pois ao adentrarmos os espaços escolares encontraremos diversas pessoas e diversos contextos.

Preciso mencionar que para essa pesquisa foram feitas diversas leituras e cada tópico traz autores que evidenciam suas teorias. No entanto, atemo-nos às teorias de Michel Foucault e elas serão muito mencionadas no decorrer da escrita.

O trabalho foi estruturado em três capítulos e o primeiro se trata do referencial teórico, que está organizado em 3 tópicos. O primeiro tópico foi denominado “Diversidade sexual: conceitos e definições”, nele buscamos apresentar a ideia do que se compreende por diversidade sexual e como ela se define. Para buscar mais compreensão, esse tópico foi dividido em dois subtópicos, sendo o primeiro a “A História da sexualidade” que traz a teoria de Michel Foucault sobre como a sociedade percebe a sexualidade num contexto histórico e mostra como a heteronormatividade está imbricada nas relações de poder. Outro subtópico essencial para compreender a diversidade sexual, foi denominado “História do Movimento Social LGBT”, que mostra todo o movimento em luta por direitos e contra a violência sofrida pelas pessoas que não seguem a norma heteronormativa da sociedade.

No segundo tópico, temos a “Diversidade sexual no contexto escolar”, nele buscamos compreender como o corpo docente e discente encara a diversidade sexual no espaço escolar. Para melhor compreensão, denominamos o subtópico “A escola como um espaço de produção de práticas de violências homofóbicas e transfóbicas”. Nele, discorremos a problemática da violência que é vivenciada no cotidiano das escolas pelas pessoas LGBT.

No terceiro tópico denominado “Enfrentando a homofobia: o direito não é só seu, é nosso!”, trazemos a reflexão de autores que indicam quais posturas estão sendo tomadas para que a homofobia seja combatida nas escolas, pois esse é um problema que afeta principalmente as pessoas LGBT, mas que envolve todo o corpo escolar. O intuito desse tópico é compreender que todos os alunos têm direito à educação e que ser um aluno que foge à norma da heterossexualidade não pode ser um empecilho para que esse direito seja exercido. Usamos um subtópico para refletirmos sobre os caminhos necessários para o enfrentamento da homofobia, que foi denominado de “O currículo e a formação dos professores”. Nele discorremos sobre o currículo educacional vigente e indagamos o que é necessário para que a diversidade sexual dos alunos seja respeitada e os seus direitos sejam garantidos na prática.

O segundo capítulo diz respeito à metodologia utilizada na pesquisa. Esse capítulo visa trilhar os processos metodológicos, também cumprir os objetivos desse estudo. Para que isso fosse possível utilizamos uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, apoiado teoricamente por

uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma linha de pensamento pós-crítica. Para a coleta dos dados da pesquisa, utilizamos dois vídeos documentários de domínio público que circula nas redes sociais, sendo o primeiro “Depois da tempestade – Homofobia e Transfobia na escola” e o segundo “A educação pode transformar uma sociedade LGBTfóbica? Os vídeos foram primordiais e a partir deles surgiram quatro categorias que foram desenvolvidas no capítulo três, assim como materiais bibliográficos que nos ajudaram no embasamento teórico.

O terceiro capítulo trata dos resultados e discussões do estudo. Os depoimentos foram primordiais para o surgimento das categorias e a primeira delas foi “Corpos, Gêneros, Sexualidades: o que nos espera na escola”, onde através dos depoimentos, evidenciamos o que a escola projeta para cada aluno e qual discurso é utilizado para perpetuar a hegemonia heterossexual.

A segunda categoria foi nominada de “O papel da escola na regulação sexual dos corpos: você precisa mudar esse seu jeito”. Nela abordamos como a escola educa os corpos e perpetua situações que afeta diretamente os alunos, que gera constrangimentos e dá munição à violência. De forma crítica, discorremos a categoria inclusive salientando que as maiores vítimas da regulação dos corpos são os transexuais e transgêneros que diferem da hegemonia da heterossexualidade.

A terceira categoria foi denominada “Psicologização da sexualidade e moral religiosa: *“Você sabe que Deus abomina isso, né?”*”, abordamos o fato de que a maioria dos alunos LGBT tem sua sexualidade questionada. Esse fato não acontece com alunos heterossexuais. Tecendo a discussão ainda é possível afirmar que a religião é o dispositivo de poder mais usado para sustentar as ideias do binarismo de gênero e que regula a sexualidade da sociedade. A escola acaba sendo também um dos elos dessa corrente, juntamente com o Estado e a Igreja.

Finalmente, a quarta categoria denominada “Concepções de educadores sobre diversidade na escola” nos traz os depoimentos de educadores, filósofos e artistas com seus questionamentos e concepções do que precisa ser feito para que a escola se torne um espaço emancipatório e principalmente um local onde a comunidade LGBT tenha seus direitos assegurados, não um local de violência e privação de direitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diversidade sexual: conceitos e definições

Diversidade sexual, por uma visão pós-estruturalista, é o termo utilizado para compreender as extensas possibilidades de relações e identificações sexuais que cada indivíduo possui, ou seja, é a terminologia utilizada para demonstrar que não existe apenas um ou dois tipos de sexualidade, como convencionalmente prega-se, mas sim uma variante cada vez maior. Portanto, há de se estabelecer que as possibilidades sexuais não são apenas de heterossexuais, ou seja, relacionamentos entre pessoas do sexo oposto ou de homossexuais para os do mesmo sexo (BRASIL, 2007, p.15). Ela não é um fenômeno meramente fisiológico, é fortemente marcada pelas relações sociais e para compreender a atividade sexual humana, podemos inseri-la no contexto social, histórico e cultural (SEED, 2016, p. 2).

Tecendo uma análise, tendemos a pensar que homens e mulheres, por possuir corpos sexuados, identificáveis pelas genitálias, são regidos apenas pelas leis biológicas. O gênero é compulsoriamente inscrito no corpo assim que esse nasce e, antes mesmo de nascer, no conjunto de expectativas e pressuposições de comportamentos, gostos e subjetividades. Sendo o corpo maculado pela cultura (BENTO, 2006). Butler (2010), ensina que o gênero é tomado de performatividade na medida em que "é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime, os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva" (BUTLER, 2010, p. 64).

Então, é necessário entender a sexualidade e o gênero não como categorias fixas, mas em constante movimento e não classificáveis, isso permite construir uma ideia de como esses temas vêm sendo tratados no cenário social contemporâneo, como algo que contorna as fronteiras morais daquilo que as sociedades consideram como algo natural e normal (MISKOLCI, 2007). Portanto, corpo e gênero estarão sempre em relação, e justamente por isso não podem ser concebidos como duas polaridades contrárias ou dissociadas.

Para explicar a diversidade sexual vamos partir de três eixos fundamentais, mas lembrando sempre que, em nossas vidas, esses fatores interagem de maneira dinâmica. São eles: o sexo biológico, a identidade de gênero e a identidade afetiva-sexual (SEED, 2016, p. 3).

O **sexo é biológico**, e por fazer parte do corpo orgânico, também atua na construção das identidades (GIFFIN, 1991). Ele é constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barba) e genotípicas (genes masculinos e genes femininos) presentes em nosso corpo. Semelhantes às plantas e animais, pela combinação dos cromossomos X e Y, existem somente dois sexos: XY produz um ser chamado de macho e XX, um ser chamado de fêmea (SEED, 2016, p. 2). Nesse sentido, quanto ao conceito do sexo biológico, Arán (2006) esclarece que são os órgãos reprodutivos conhecidos por pênis, vagina ou ambos, os quais são programados e fixados ao corpo orgânico. Porém, nem mesmo a natureza não funciona com uma separação rígida, pois há pessoas que nascem com dois órgãos genitais, conhecidos como intersexuais.

Souza e Carrieri (2010), apontam que por volta do século XVI e XVII a mulher era considerada um homem invertido e inferior. Seus órgãos reprodutores possuíam uma anatomia que lembrava os órgãos masculinos, o que levava a sociedade a ter um pensamento de que a mulher era um homem imperfeito. Podemos dizer com isso que o sexo biológico masculino e a presença do pênis foram e ainda são associados ao poder, força e inteligência. O sexo biológico feminino é então, associado à submissão ao homem, à fragilidade, à doçura. As pessoas intersexo são consideradas aberrações por boa parte da sociedade, visto que sua grande maioria passa por cirurgia em busca de "adequar" a sua "anormalidade" em conformidade com o todo (social).

A sociedade, como já vimos, a todo o momento busca diferenciar homens e mulheres, nesse sentido, “[...] a naturalização do modelo binário e identitário é uma estratégia que permite a manutenção de velhas práticas de controle, só que com uma nova roupagem” (SOUZA E CARRIERI, 2010, p. 67). Nesse pensamento de que existem posições sociais, vestimentas, comportamentos para homens e mulheres devido à sua “programação biológica”, alimentam a segregação, o ódio e o preconceito na nossa sociedade.

Sobre **identidade de gênero** é possível dizer que é algo que não é dado e sim construído por cada indivíduo, a partir dos elementos fornecidos por sua cultura (SEED, 2016, p. 3). Refere-se também à maneira pela qual nos identificamos enquanto homens, mulheres ou até mesmo, como explica Jesus (2012) podendo ocorrer à possibilidade da existência de pessoas que não se identificam com qualquer gênero, que para serem denominadas por alguns estudiosos, utilizam o termo ‘queer’, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero” (JESUS, 2012, p. 10).

Nesse sentido, podemos dizer que ninguém “nasce homem ou mulher”, como já dizia Beauvoir (1967), mas que nos tornamos o que somos ao longo da vida, em razão da constante interação com o meio social. Louro (1997), aponta que foi somente no fim dos anos de 1960, com a explosão da segunda onda do movimento feminista, que se tornou frequente o debate pelas mudanças culturais e identitárias, questionando as imposições sociais de um binarismo padrão quanto ao Gênero e a Sexualidade.

A **identidade afetivo-sexual**, é aqui entendida como a seta ou direção para onde aponta o desejo de cada pessoa (SEED, 2016, p. 4), que pode ser a homossexualidade: quando se sente atração física e sexual por alguém cuja identidade de gênero é a mesma; bissexualidade, quando se sente atração afetiva e sexual por outra pessoa independente do gênero; heterossexualidade, quando se sente atração física e sexual pelo sexo oposto; pansexualidade, quando se sente atração afetiva e sexual por outra pessoa independente da identidade de gênero, sexualidade ou sexo biológico; assexualidade que se refere a quem não sente atração sexual por nenhuma outra pessoa, podendo se envolver afetivamente, porém não desenvolve o desejo sexual (JESUS, 2012).

E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (LOURO, 1997, p. 24).

Todavia, é imprescindível lembrar que a orientação sexual não coincide com a identidade de gênero: alguém pode se sentir feminina e desejar outra mulher, se portar de maneira masculina e ter atração por outros homens e assim por diante (SEED, 2016, p. 4). Esse padrão heterossexual conhecido também como Heteronormatividade, baseia-se na crença de que a Heterossexualidade é a única faculdade que define o ser humano enquanto “normal”, portanto, “[...] qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização” (JESUS, 2012, p.29).

2.1.1 A História da Sexualidade

Foucault (1988) afirma em seu estudo sobre a sexualidade que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante

familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam" (FOUCAULT, 1988, p.9).

[...]diz que num rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1988, p. 13).

Ainda no século XVIII, o sexo passou a ser regulado pela medicina, pela pedagogia, pela psiquiatria e pela justiça penal. Segundo Michel Foucault (1989), o dispositivo do sexo ficando subordinado às instituições, passa então a apropriar-se dos saberes, obrigando as pessoas à ao que chamou de existência discursiva doutrinária. Sendo assim, a instituição pedagógica encarregou-se das crianças, codificou os conteúdos, qualificou os professores a reproduzir a "deseducação sexual". Para a instituição médica ficou o dever de tratar das mulheres histéricas e dos demais doentes dos nervos, os exageros sexuais, a falta dele, assim como as fraudes contra a procriação e a "psiquiatrização" das perversões; a justiça penal ocupou-se dos controles que filtram a sexualidade dos casais, dos filhos e dos pais, irradiando discursos cuidadosamente preocupados em proteger a população do perigo de corromper tradições e perverter pessoas de boa fé.

Lafargue (1932, p. 5) confirma essa ideia ao dizer também que "o cristianismo é, por excelência, a religião das sociedades que descansam sobre as bases da propriedade individual e da exploração do trabalho assalariado. Isso, tem sido, é e será – diga-se e faça-se o que se quiser – a religião da burguesia". Portanto, foi a consequência do desenvolvimento do biopoder, ou seja, do poder centrado na vida, e disso tem-se o surgimento do que Foucault (1989) chama de sociedade normalizadora, onde a importância da lei, e da integração, da instituição judiciária às de caráter regulador, por meio das especificações das pesquisas quantitativas ou casuais, como as médicas e administrativas, é cada vez maior, como o controle da natalidade, faixa etária ideal para acasalamento e casamento, celibato e etc.

Foucault (2010), aponta que foi se constituindo, do ponto de vista histórico, dois grandes procedimentos produtores da verdade do sexo: o primeiro pela discursividade científica, o segundo pelo procedimento da confissão. Assim sendo, o sexo fica preso aos invólucros das instituições médicas e pedagógicas ou nos confessionários das igrejas. A confissão foi então ritual discursivo e desenrolou-se no trinômio poder-saber-prazer, extremamente determinante na construção da interdição sexual de um jogo de sistema de forças.

Para o autor, é nesse mesmo sentido que a psicologia se insere como um dos efeitos do dispositivo da sexualidade, onde o discurso sobre o sexo ocultou continuamente o que dele se falava, sendo esse o procedimento destinado a distanciar a verdade perigosa do sexo. Portanto, a história da sexualidade baseada nos mecanismos de repressão decorre do nascimento das proibições.

Foucault (1989), indica ainda que numa tentativa de reformular esse modelo de repressão existente, surge o que ele chamou de "tecnologia do corpo ou do sexo", que apesar de marcada pela incitação do falar de sexo, gira em torno das instituições médicas e da noção biológica de normalidade sexual. Essa tecnologia também estava a serviço dos métodos católicos e protestantes no exame de consciência.

O século XX, foi então incitado a falar de sexo, mas continuou preso às antigas interdições, só que numa nova roupagem, pois o sexo continuou à serviço da burguesia. Contudo, o sexo não é a parte do corpo que a burguesia teve que desqualificar ou anular para ter a mão de obra daqueles a quem ela dominava, ele seria sim, a continuidade da nobreza, a manutenção do racismo, apenas mascarado pela preocupação em melhorar a descendência humana.

2.1.2 A História do Movimento Social LGBT

No final do século XIX e início do século XX, o homossexual emerge na figura de uma personagem e sua conduta passa a ser medida em relação à sua sexualidade (FOUCAULT, 1988). As práticas eróticas e sexuais, que até então eram consideradas um pecado pelo olhar religioso, ganham as características de anormalidade, desvio e doença.

O ápice do surgimento do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais se dá a partir dos Estados Unidos, ao longo do século XX, no meio das “diferentes minorias que clamavam por seus direitos” (BERUTTI, 2010, p. 37). Por volta de 1950, se formou a Mattachine Society,

uma organização política semiclandestina de gays e lésbicas que visava a integração dos homossexuais na sociedade, pois se considerava que era dado um status socialmente marginal ao segmento.

Esse marco nos estudos de gênero, ocorrido entre os anos 1960 e 1970, trouxe à tela o debate sociológico sobre ser mulher e sobre ser homem, e foi marcado pelo movimento feminista no intuito de negar o essencialismo, com o qual o tema era tratado, quando se falava a respeito de ser mulher e de ser homem como constituições naturais e determinadas unicamente pela biologia (SCOTT, 1995).

[...] grupos relativamente pequenos e isolados, ofereceram as bases para a organização de outros esforços contra a discriminação e homofobia numa época em que os direitos civis e as atividades anti-guerra inspiraram uma segunda onda de feminismo e novas organizações pelos direitos dos gays e lésbicas no final da década de 1960. (GREEN, 2003, p.24).

Provavelmente, o movimento de maio de 1968 que aconteceu na França, onde jovens estudantes reivindicavam seus direitos e protestavam em favor do fim da Guerra do Vietnã enfrentando a violência da polícia, inspirou a militância norte-americana que, semelhantemente à juventude europeia, questionava os valores morais da época (BERUTTI, 2010, p. 37).

Em 28 de junho de 1969, a Revolta de Stonewall, marcou para sempre a militância LGBT de todo o mundo. Ocorrido em Nova York, no bar The Stonewall Inn, que era frequentado por gays, lésbicas e travestis, que cotidianamente era submetido a batidas policiais e seus frequentadores eram forçados a sair com intensa repressão policial. Porém cansados de tanta truculência “ao invés de fugir, eles, trancaram os policiais no bar, e liderados por travestis, incendiaram e atiraram pedras e garrafas, enquanto os policiais tentavam sair” (OKITA, 2007, p.73).

MacRae (2011, p. 26), também aponta que “a luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar a fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem”. Essa revolta de Stonewall durou cerca de três dias, com intenso confronto da polícia contra os homossexuais pelas ruas de Nova York.

[...] The Stonewall Inn foi palco da pior batida de polícia de sua história e viveu seu momento final. [...] Faz-se desnecessário pontuar porque todos os anos de invisibilidade e opressão finalmente explodiram no confronto com a polícia. Um ano depois, com a intenção de comemorar as revoltas de Stonewall, [aconteceu] a passeata do Orgulho Gay tomou conta das ruas da cidade de Nova York (BERUTTI, 2010, p. 40).

No ano seguinte, cerca de dez mil homossexuais saíram em passeata comemorando a Rebelião de Stonewall e o dia 28 de junho ficou conhecido como Dia do Orgulho Gay. Diante disso, foi formada a Gay Liberation Front (Frente de Libertação Homossexual) que teve implicações mundiais e centenas de organizações de homossexuais surgiram desde então (OKITA, 2007, MACRAE, 2011).

Essa luta acabou influenciando outros países da América Latina de acordo com o historiador e pesquisador dos movimentos sociais James Green (2003), salientando, que na maioria dessas organizações havia uma forte influência política, nem todos os países da América, respeitaram a cidadania dos homossexuais e, apesar de Cuba ser a referência socialista na América Central, a Revolução Cubana sofreu forte influência stalinista que “considera a homossexualidade como decadência burguesa” (OKITA, 2007, p. 70).

No Brasil, o Movimento LGBT anteriormente, conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), tem pouco mais de quarenta anos de existência e com o passar do tempo sofreu inúmeras mudanças, tal como a modificação de sua nomenclatura, passando de MHB para a sigla LGBT, como salienta Rossi (2010, p. 71), “essa transformação das siglas ao longo da história mostra um pouco da evolução do próprio movimento que, ao longo das décadas, foi incorporando a luta de lésbicas, travestis e recentemente das transexuais”.

Entretanto, as lésbicas passaram a ter uma maior organização em âmbito nacional só na segunda metade dos anos 1990. Justamente, mesmo período, começaram a surgir as organizações independentes de travestis e transexuais que, ao longo dos anos, foram se inserindo e fortalecendo o segmento, buscando, assim, o reconhecimento de suas identidades junto ao então movimento homossexual, já que os “homens predominaram nas organizações do movimento brasileiro, desde suas primeiras fases” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 15).

Segundo Peter Fry (2009), a trajetória do Movimento LGBT aqui no Brasil, pode ser dividida em três fases de intensa busca em torno do reconhecimento pelos seus direitos junto à sociedade e a primeira delas foi marcada pelo lançamento do Jornal O Lâmpião da Esquina e pelo surgimento dos pequenos grupos homossexuais ainda na ditadura militar.

Ao final dos anos 1970, o início do movimento homossexual, influenciados pela cultura e pelo movimento gay norte-americano, João Antonio Mascarenhas, considerado como o pioneiro do ativismo gay brasileiro (HOWES, 2003), trouxe ao Brasil, o jornalista Winston Leyland, editor da Revista norte-americana Gay Sunshine, para uma palestra que teve grande repercussão na

imprensa local. Posteriormente, para um encontro com jornalistas, escritores e intelectuais brasileiros da época, tal como: Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, Peter Fry, entre outros, onde resolveram criar em 1978, no Rio de Janeiro, o Jornal O Lampião da Esquina, se tornando o principal veículo de comunicação sobre homossexualidade de 1978 a 1981.

O Lampião da Esquina veiculou em plena ditadura e passou a ser alvo dos militares, que o consideravam subversivo por evidenciar os homossexuais.

[...] Além da caça a homossexuais e travestis nas ruas, para “limpeza”, deu-se forte mecanismo de censura contra jornais, revistas, ou quaisquer outros meios que dessem alguma visibilidade a essas pessoas transviadas. Notório foi o caso do jornal “O Lampião da esquina”, destinado ao público homossexual, e que foi combatido amplamente pela censura, porém resistiu. [...] Outro aspecto importante é sabermos que durante este período a homossexualidade (então conhecida como “homossexualismo”) era entendida como uma patologia. Muitos gays, lésbicas, travestis e transexuais foram internadas em manicômios [...]. (VIEIRA, F., 2015, online).

Em 1984, quando a sociedade brasileira se mobilizou contra a ditadura militar, favorecendo o crescimento do movimento pelas “Diretas Já” o clima de tensão e horror foi minimizado. Também, os movimentos sociais emergiram e contribuíram para o processo de redemocratização do Brasil, assim “[...] como o movimento [homossexual] brasileiro florescia sob estas condições de liberdade, surgiram também novos grupos na maioria dos países do continente.” (GREEN, 2003, p. 31).

Na sua segunda fase, o Movimento Social LGBT se espalhou pelo Brasil em 1980, e nesse período duas ações foram bastante significativas para o movimento: uma, pelo Grupo Triângulo Rosa - liderado por João Antonio Mascarenhas - e pelo Grupo Gay da Bahia - liderado por Luiz Mott - que fizeram grande campanha para que o Conselho Regional de Medicina deixasse de considerar a homossexualidade como doença, em 9 de fevereiro de 1985, transferindo assim o diagnóstico para outras circunstâncias psicossociais. Segundo Reis (2012, p. 56), “o Brasil antecedeu em cinco anos a aprovação em 17 de maio de 1990, pela 43ª Assembleia Geral da OMS, da retirada do código 302 da Classificação Internacional de Doenças (CID)” e sendo ratificada em 1992; a outra ação se deu à tentativa de “incluir uma expressa proibição de discriminação por ‘orientação sexual’ na Constituição de 1988” (HOWES, 2003, p. 302). Mas não se obteve êxito, em virtude da oposição dos fundamentalistas religiosos., porém conseguiu êxito nas esferas estaduais e municipais.

Este período também foi marcado pela fragilização do movimento em decorrência da propagação da AIDS, já que muitos homossexuais adoeceram causando pavor na população e ao mesmo tempo provocou uma renovação na militância LGBT. Conforme ressalta Facchini (2005, p.93):

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da Aids, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (FACCHINI, 2005).

Com a reformulação do Programa Nacional de DST/AIDS, em 1994, passou a descentralizar suas ações de prevenção às DST/AIDS, o movimento criou parceria com o Estado. Maria da Gloria Gohn (1997, p. 107) chama de “oportunidade política” o meio que o movimento utilizou para fazer uso dos recursos destinados ao combate da AIDS, para fortalecer a luta pelos direitos humanos dos LGBT. Intensificando a necessidade de dialogar e de envolver o segmento como seu principal parceiro, o estado firmou parcerias com as organizações, subsidiando recursos para o desenvolvimento de projetos, na luta contra a epidemia. Contudo acabou transformando o movimento social em organizações não-governamentais com cara de empresas a serviço do Estado, necessitando de CNPJ para contratar profissionais de diversas áreas, para executar a prestação de serviço ao governo (GOMES; ZENAIDE, 2019).

Sobre isso, Rossi (2010, p. 90) afirma que,

O crescimento do número de ONGs habilitadas para concorrer ao financiamento de projetos aumentou, e os recursos, não. Pelo contrário, na medida em que a política de combate ao HIV ia dando resultados positivos, tais recursos foram ficando mais escassos. Isso provocou uma disputa interna entre as ONGs que pleiteavam verbas junto ao Governo Federal. (ROSSI, 2010).

A terceira fase do movimento acontece com a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, realizado de 28 a 31 de janeiro de 1995, em Curitiba/PR. A década de 1990 é então marcada pela proliferação de grupos ativistas, como o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a Aids (ENTLAIDS), em 1993, e o I Seminário Nacional

de Lésbicas (SENALE), em 1996. A organização e o crescimento do número de paradas LGBT em todo o Brasil também despontaram. (GOMES; ZENAIDE, 2019).

O movimento LGBT conquistou alguns avanços em termos de políticas públicas no Brasil, cujo desdobramento só veio acontecer nos anos 2000, com a realização das conferências, elaboração de programas e projetos e financiamento de ações nas três esferas de governo. A união civil estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo são algumas das mais recentes e mais importantes conquistas do Movimento LGBT brasileiro. O casamento entre homossexuais foi legalizado, em 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça. Os procedimentos de redesignação sexual, também conhecidos popularmente como “mudança de sexo”, do fenótipo masculino para o feminino, passaram a ser autorizados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Assim, desde 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a cirurgia para os brasileiros.

Já em 2010, o processo de redesignação do fenótipo feminino para o masculino foi aprovado e passou a ser atendido pela rede de saúde pública, mas a fila de espera pode ultrapassar os 20 anos, de modo que a maioria das pessoas busca por soluções privadas. A utilização do nome social e as mudanças de registro civil para a população de transexuais e travestis também são outras importantes conquistas do Movimento LGBT. Desde 2009 os nomes sociais podem ser utilizados no SUS e desde 2013, é permitido o uso no Enem. Já em março de 2018, o STF determinou que os indivíduos transgêneros fossem permitidos a alterar, oficialmente e em cartório, seus nomes e registros de sexo.

2.2 Diversidade sexual no contexto escolar

A diversidade sexual passou a ser tema de debates no espaço acadêmico a partir da pressão do movimento feminista e LGBT, nos meados de 1970, que denunciavam a exclusão de suas representatividades nos programas curriculares das instituições escolares. No Brasil, o debate ficou restrito a áreas como a Sociologia e a Psicologia durante muitos anos, porém nos meados de 1990, a guinada nos debates sobre o tema no campo educacional se deu com alguns teóricos, tais como Guacira Louro, a partir de uma visão culturalista, esclareceu a importância do conceito de gênero (estudo iniciado pelas feministas inglesas) para ampliar o conceito da diversidade sexual, distanciando-a do conceito biologizante. Para Louro (1997, p. 23), a importância do conceito de gênero se afirma, pois

(...) obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23).

Muitos avanços já foram alcançados nas reflexões acerca da temática, porém o único referencial na área voltado para a educação no contexto escolar é o caderno de temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, publicado pelo MEC em 1998. Os PCNs são sugestões que norteiam o trabalho dos docentes e para um currículo comum para o ensino fundamental e médio, assim sendo, deve ser considerado um avanço por oficializar o tema nas escolas, embora:

[...]observa-se a subordinação da temática de gênero/sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença no tema transversal denominado Orientação Sexual. Também é objeto de severa crítica a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto de elaboração dos PCNs, evidenciando discriminação em relação às homossexualidades (DANILIAUSKAS, 2011, p.64).

Ao longo desse processo, ocorre a internalização de um conjunto de disposições sociais que se naturalizam nas dinâmicas das relações cotidianas e tomam formas visíveis nas maneiras de ser, portar-se, andar, falar, gesticular, manter o corpo, pensar, sentir e agir das pessoas (BOURDIEU, 1983). Oliveira (2011) afirma que "a maior visibilidade das comunidades LGBT tem colocado novas questões para a escola, com isso diferentes discursos sobre a homossexualidade emergem no contexto educacional contemporâneo".

Louro (1999), observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que "suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "efeitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais". Discutir a temática na escola é um romper do silêncio e da omissão que se instalou durante séculos, quando a escola reproduziu preconceitos e fortaleceu a marginalização dessas minorias.

Como mostra Junqueira (2009, p.14):

Ao longo de sua história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (JUNQUEIRA, 2009).

Para Louro (1999), é possível entender, assim, que a normativa da heterossexualidade enquanto instrumento de reprodução das ideias dominantes se mantém como o principal matiz do atual comportamento sexual e afetivo do qual se permite expressão. Mais do que uma normativa da orientação sexual, a heteronormatividade é um arcabouço de diretrizes que dizem respeito também a determinado vestuário, gosto musical, jeito de andar, à determinada afinidade por acessórios e por operações no corpo, personalidade e identidade.

Portanto, para que o respeito a diversidade sexual seja evidenciado na escola, se faz necessário mudanças profundas em todo processo envolvido, desde a capacitação formação e valorização dos professores, que se entrelaça em iniciativas governamentais e busca individual pelo saber, até a reformulação do currículo do ensino, o que pode gerar outros estudos dessa natureza.

2.3 Enfrentando a homofobia: o direito não é só seu, é nosso!

É preciso considerar que, apesar de termos nos espaços educativos, propostas de educação para a sexualidade sendo realizadas, muitas vezes o que ocorre no espaço escolar e em outros tantos espaços é “um discurso normativo, por meio do qual alguns indivíduos são normalizados, ao passo que outros são marginalizados e estigmatizados e que precisa ser criticado e desestabilizado” (JUNQUEIRA, 2013, p. 53).

Como afirma Junqueira (2013, p.13) “diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia. São dificuldades que se tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais”.

Esses direitos constituem-se na promoção, proteção e garantia das diversas expressões da(s) sexualidade(s) singular(es) em sua legitimidade, bem como na apresentação de suas corporeidades e produções singulares de vida em sociedade, de maneira que lhes tragam bem-estar (NASCIMENTO, 2010, p. 228).

Um marco para o movimento LGBT no Brasil foi o “Programa Brasil Sem Homofobia” criado em 2004, com seus 10 (dez) itens de ações que abrangem questões políticas e sociais visando o combate à homofobia, no primeiro mandato de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, Brasil sem Homofobia, sinaliza, de modo claro, à sociedade brasileira que, enquanto existirem cidadãos cujos direitos fundamentais não sejam respeitados por razões relativas à discriminação por: orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira seja justa, igualitária, democrática e tolerante. Com esse novo Programa, o governo brasileiro dá um passo crucial no sentido da construção de uma verdadeira cultura de paz (BRASIL, 2004, p. 13-14).

Apesar de a política desse governo ter sido mais receptiva no diálogo desse movimento, o que se tem são os mesmos moldes neoliberais dos governos anteriores, como afirma Luiz Mello, sobre o BSH ao observar o protagonismo das ONGs na execução da política LGBT, que estabeleceu uma suposta proposta de autonomia à sociedade civil para desenvolver as políticas públicas. O que demonstra a falta de expertise no debate sobre a efetivação dos direitos LGBT, que pode ser reflexo de uma histórica não responsabilização do Estado, que se iniciou com a epidemia da AIDS e com a prestação de serviços sociais a essa população (MELLO, 2010).

Para Lima (2011), independente das estratégias ou medidas empregadas para combater as diversas manifestações preconceituosas, é preciso se atentar para a urgência e complexidade dessa tarefa. O simples fato de julgar a identidade sexual e/ou de gênero de determinado indivíduo já leva à criação de estereótipos que culminam em várias práticas homofóbicas.

São dificuldades que se tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível de experiência cotidiana. Sendo assim, a escola que não promove esclarecimentos sobre a diversidade sexual, torna-se um ambiente ainda mais difícil para quem não segue a orientação sexual normalizada pela sociedade, pois condiz com um lugar regido pelo preconceito e a homofobia. Para Moscovici (2010, p. 66),

"... todos os nossos 'preconceitos', sejam nacionais, raciais, geracionais ou quaisquer que alguém tenha, somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da 'natureza humana' e assim por diante..." (p. 66).

2.4 O currículo e a formação dos professores.

Para iniciar esse tópico é imprescindível compreendermos o conceito de currículo, sendo assim, trago o conceito de Silva (1996, p. 23): O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Resumidamente, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados, pois o currículo corporifica relações sociais.

Moreira e Silva (1997, p. 28), afirmam também que “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, onde os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. O currículo escolar tem ação direta ou indireta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder, nele configurados, são determinantes no resultado educacional que se produzirá.

Alguns estudos realizados sobre currículo, a partir das décadas 1960 a 1970 destacam a existência de vários níveis de Currículo: formal, real e oculto e esses níveis destacam quanto o aluno aprendeu ou não. O Currículo Formal se refere ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino e é expresso em diretrizes curriculares, objetivos dos conteúdos das áreas ou disciplina de estudo, tanto quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais. O Currículo Real é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia, partindo de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. O Currículo Oculto é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, ele representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções que vigoram no meio social e escolar, podendo se dizer assim que o currículo está oculto por que ele não aparece no planejamento do professor (MOREIRA; SILVA, 1997).

Marcada pela legitimação de determinadas identidades e práticas sexuais e de repressão e marginalização de outras, Veiga (1997), afirma que as representações dos educadores/as ainda são superficiais, de maneira que na sua ação pedagógica apresentam uma visão reducionista, sexológica, biológica e onde são priorizadas questões referentes à reprodução humana, fazendo com isso que as questões ligadas à sexualidade se limitem à procriação, desvinculando e até ignorando as questões do desejo, as dimensões socioculturais e as múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade. Há também um grande empenho em garantir que meninos e meninas se

tornem homens e mulheres “verdadeiros/as”, correspondendo a formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade (LOURO, 1997).

Além da deficiência na formação inicial dos professores, que não são preparados para questões da sexualidade e orientação sexual, ainda temos a saturação dos currículos que obrigam os professores a deixar essas questões de lado e trabalhar os conteúdos programados para suas respectivas disciplinas. Lima (2006) diz que a visão essencialista da sexualidade e do gênero ou a ausência de debates que superem tais perspectivas nas escolas, nos faz questionar o papel da universidade na formação de educadores/as e o tipo de discussão que é realizada nas aulas, visto que no espaço escolar serão responsáveis pela condução do processo de ensino-aprendizagem.

Então, é necessário ressaltar que o currículo necessita ser percebido como um território a ser contestado diariamente e ter como parâmetro a visão de mundo, de sociedade e de educação que acreditamos. O professor é o encarregado de ajudar o aluno no caminho até o conhecimento, portanto, é peça fundamental capacitá-los para abordar o tema com naturalidade, embasamento e sem estigmas. As instituições educacionais, tal como as universidades, precisam formar professores e repensar seus currículos, induzir os graduandos à pesquisa e reflexão sobre assuntos como este, que superam a especialidade de uma área, mas que condiz com a alçada de um futuro educador que estará diante dessas questões em seu trabalho.

Correa (2008, p.12) afirma que é primordial dever de um profissional educador estar atualizado e buscar por conta própria a formação que não alcançou na graduação.

Tratando-se da educação sexual, o educador deve buscar o maior número de informações e experiências que possam ser passadas para o aluno de forma que venha enriquecer as suas informações a respeito do assunto, propiciando a eles uma vida sexual prazerosa e, acima de tudo, com muita responsabilidade. Deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não queira inculcar valores nos alunos e, sim, analisar com os mesmos, as diversas situações e visões que existem sobre o tema (CORREA, 2008, p. 12).

O professor preparado e atualizado, que reflete e se questiona sem deixar que os seus valores limitem os debates na sala de aula, pode propiciar ao aluno um ambiente onde consigam transformar todas as informações sobre sexualidade que recebem da mídia, internet e dia a dia, em conhecimento. Faz-se necessário acreditar que a escola que introduz a diversidade sexual como tema constante, mediado por professores capacitados e com uma metodologia focada na discussão ampla e real, sem estigmas ou receios, pode contribuir para que as sexualidades sejam mais

naturalizadas aos olhos da sociedade, na formação de pessoas mais tolerantes, menos preconceituosas e acima de tudo com respeito aos valores humanos e os direitos de cada um.

Portanto, se torna indispensável proporcionar espaços de formação de professores/as que problematizem as questões relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades, abordando temas que garantam a inclusão e permanência de grupos mais vulneráveis no contexto escolar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão descrevermos o caminho metodológico percorrido para a construção deste trabalho a partir dos seguintes tópicos: Paradigma da Pesquisa Qualitativa; Tipo da Pesquisa; Sujeitos da Pesquisa; Técnicas de Coleta de dados.

A investigação desta pesquisa é bibliográfica, mas teve seu início nos Estágio 1, 2 e 3 da graduação, onde através da observação participante, os primeiros questionamentos emergiram sobre a problemática que investigamos.

3.1 Paradigmas da pesquisa

Esta pesquisa, tendo em conta o método, a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados, é uma pesquisa qualitativa, devido às suas características de investigação exploratória, constituiu-se na abordagem adequada, já que permitiu o aprofundamento necessário na busca do conhecimento. Gil (1999, p.94) corrobora, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Minayo (2013), afirma que “a pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (1994, p.21). Para a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21).

De acordo com Gil (2010, p. 1) a pesquisa é definida como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Neste caso, se pretende pesquisar quando não temos informações suficientes para responder determinado problema, ou então quando as informações parecem estar em total desordem impossibilitando sua adequada relação com o problema.

3.2 Tipo de Pesquisa

Sabendo-se que a pesquisa se caracteriza como a melhor forma para se fazer ciências, pois a medida que permite analisar determinados fenômenos, suas respostas/descobertas ajudam a melhorar o relacionamento pessoas/mundo, contribuindo na construção de uma sociedade melhor foi realizada uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2007), contempla apenas material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto. A pesquisa objetivou explorar visando uma maior aproximação, uma maior familiaridade com o problema, explicitando-o.

A pesquisa buscou trabalhar conceitos que se fazem indispensáveis na rotina de um professor nos anos iniciais do ensino fundamental, fornecendo subsídios teóricos para melhorar sua competência técnica docente. Utilizando para tanto a pesquisa bibliográfica que, conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

[..] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Abordando definições de conceitos popularmente conhecidos, mas pouco explorados, analisamos os significados a partir da concepção de diversos autores da área educacional, a fim de explicar a influência docente no processo da alfabetização e do letramento.

A pesquisa bibliográfica permite manter o pesquisador atualizado a respeito do que foi dito e escrito sobre sua temática, o instigando a abordar sua pesquisa partindo de uma nova visão, com base em um novo foco, propiciando formas inovadoras de pesquisa. É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Porém, existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram os vídeos dos documentários e teve como finalidade analisar os dados dos registros apresentados. Os vídeos são de domínio público e um

deles se intitula “**Depois da tempestade**”. Ele é um documentário universitário de 24 minutos e apresenta relatos de pessoas LGBTs de diferentes raças, gerações e realidades sociais que contam suas vivências sobre diversidade na vida escolar. O outro vídeo também utilizado como objeto desta pesquisa é intitulado “**A educação pode transformar uma sociedade LGBTfóbica?**”, produzido pela Trip TV que entrevistou professores, alunos, artistas e ativistas para entender se é possível e como funcionaria uma escola inclusiva e que eduque sobre a diversidade.

Sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, os vídeos permitem capturar o contexto das interações, assim como permite que façamos repetidas revisões, a fim de criar códigos para uma análise compreensiva do fenômeno. Ademais, o recurso também oferece a oportunidade de estabelecermos confiabilidade nos julgamentos e na aplicação dos códigos.

Segundo Kenski (2003), o uso do vídeo permite um certo grau de exatidão na coleta de informações, uma comprovação frente aos tradicionais questionamentos da subjetividade da pesquisa qualitativa (KENSKI, 2003, p. 51).

Portanto, os vídeos tiveram grande utilidade, porque a finalidade de analisar os dados que o registro apresenta foi satisfatória, pois conseguimos verificar a visão dos sujeitos através de suas falas, dos acontecimentos ocorridos naquele contexto, dos personagens centrais através do recurso visual e sonoro (BAUER; GASKELL, 2002).

3.4 Técnicas de Coleta e Análise de Dados

O primeiro passo para responder aos questionamentos que surgiram foram as pesquisas que se relacionavam à temática. Depois de assistir a alguns vídeos, foram selecionados dois e em seguida as transcrições. Seguindo todos os passos metodológicos com aporte teórico, alguns recortes recorrentes às questões norteadoras foram selecionados e, feita a análise, criamos categorias para que as respostas às questões fossem garantidas.

A metodologia desta pesquisa seguiu uma linha pós-crítica, visando para além de algo concreto, sólido e parado, mas como algo em constante movimento, que se remodela e ressignifica a partir das necessidades, como também pela ampla diversidade de métodos e instrumentos. Essa linha de pesquisa permite indagações antes não feitas e principalmente a busca de possibilidades para se perguntar e problematizar. Sendo possível dizer então que as pesquisas pós-críticas [...] têm

contribuído para conexão dos campos, para o desbloqueio dos conteúdos, para a proliferação de formas e para o contágio de saberes minoritários (PARAÍSO, 2004. p. 295).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa sessão traz a análise de dados desta pesquisa. Foi realizada por meio de dois vídeos/documentários de um site de domínio público com os títulos "Depois da tempestade: a LGBTfobia na escola" e "A educação pode transformar uma sociedade LGBTfóbica?" descritos na sessão Procedimentos Metodológicos. Foram construídas quatro categorias, baseadas em alguns depoimentos de cada vídeo, buscando correlacionar as falas com alguns referenciais estudados na fundamentação teórica desse trabalho e ao longo do curso de Pedagogia. Os vídeos destes documentários foram gravados com o objetivo de mostrar a diversidade sexual na escola e como as pessoas entrevistadas vivenciaram isso no período escolar. Ele também nos traz dados e falas de pessoas que sofreram homofobia, por conta da diversidade e da pluralidade, mostrando-nos como é necessário falarmos sobre ela (homofobia) e reconhecê-la como um problema real que precisa ser combatido.

Para Gil (2008), o que se procura com a interpretação dos dados é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias. Para além das teorias, existe a necessidade de entender o que é preciso fazer para que, como futura professora, eu consiga lidar com as diversidades na vivência escolar, pois percebo grandes desafios e muitos questionamentos a serem feitos na docência, sobretudo, os desafios da educação vigente. Contudo, melhorar o relacionamento docente-discente, melhorar as práticas docentes, possibilidades de enfrentamento ao combate à homofobia, discriminação de gênero e todo tipo de violência que acontecem nos espaços escolares são, portanto, alguns desses desafios.

4.1 “O que nos espera na escola?": Corpos, Gêneros, Sexualidades.

Como vimos nos capítulos anteriores, nos últimos anos, têm se proliferado os discursos sobre a sexualidade nas mais variadas esferas da sociedade. Louro (1997), afirma que foi principalmente, iniciado pelo movimento feminista. Entretanto falar sobre sexualidade é algo muito complicado, pois ainda gera desconforto e muitas controvérsias, principalmente na escola, levando em conta a sua relação histórica com algo imoral e pecaminoso (FURLANI, 2007).

Nossas práticas escolares reproduzem o discurso biológico e binário (homem-mulher), a exemplo dos muitos programas de educação sexual: livros, guias de educação sexual, bem como Tema Transversal Orientação Sexual (PCN). Percebe-se que nesses documentos, a sexualidade está prioritariamente vinculada ao conhecimento anatômico-fisiológico dos sistemas reprodutores, ao uso de métodos contraceptivos e a mecanismos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS.

Entretanto, Louro (1997) aponta que: [...] A sexualidade está na escola porque faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado, ou algo do qual alguém possa se "despir" (LOURO, 1997, p.1). Entende-se que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções e esses processos são culturais e plurais. Para Louro (1997), todas as transformações que acontecem na sociedade, afetam as novas formas de viver e de construir identidades sexuais e de gênero para todos e todas.

Um dos depoentes do vídeo, *Jean* nos diz que, no ensino fundamental, “já percebia um certo olhar das pessoas para ele, uma certa discriminação, através de apelidos como ‘viadinho’, ‘bicha’, principalmente dos colegas na escola”. Ele conta que passou a responder a esses ‘xingamentos’, afirmando que sim, que era mesmo ‘viadinho’ e ‘bicha’ e então a partir do momento em que ele passou a dizer ‘eu sou’, eles pararam de dizer que ‘ele era’. Entretanto, sabemos que nem sempre isso acontece com todos os LGBTs e que, para chegar nesse nível de autoaceitação, muitos sofrem diversos tipos de violências. Em um depoimento muito parecido ao de *Jean*, temos *Fran*, contando que também passou pelo constrangimento dos apelidos e do bullying, mas que aquilo o amedrontava, “chegando a arrepiar-se”. Por consequência, relutava contra a homossexualidade, porque achava errado, porque achava que não podia.

Para Lopes (2002), um garoto pode ser objeto de escárnio por parte dos colegas e dos professores ‘o veadinho da escola’ antes mesmo de identificar-se como gay e nesse caso, a tendência é ter seu nome escrito em carteiras, banheiros, paredes da escola, permanecendo alvo de zombaria, comentários e outras formas de violência ao longo de sua vida escolar. A escola acaba se tornando um lugar de opressão, discriminação e preconceitos em torno do qual existe um quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT, vivenciando de maneiras distintas, situações delicadas de internalização da homofobia, negação, auto-culpabilização¹, auto-

¹ Quando o indivíduo relaciona a causa do que considera problema unicamente a si mesmo, não ao social. Consequentemente, se subestima, se desvaloriza, se autofragela.

aversão. Em outro sentido, esses processos são construídos na participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

A sexualidade é compreendida como um processo de construção de significados em que elementos como cultura, corpo e subjetividade influenciam na produção de diversos saberes sobre "sexualidades" ao longo do tempo, como já falamos acima. Corpo, gênero e sexualidade são sempre produzidos, bem como os sujeitos.

Sobre isso Furlani (2007), afirma que todo saber é uma construção humana. Em meio a disputas e relações de poder, as muitas intuições sociais, usando de seus discursos normativos, posicionam vários saberes como hegemônicos, muitas vezes transformando a diferença "do outro" em desigualdade social. E isso deveria interessar, sobremaneira, à Escola e suas educadoras e educadores.

Louro (2000), afirma que o papel da escola antes era "formar mulheres de verdade", nos ensinavam a ser mulheres dóceis, discretas, gentis, que pedem licença, que pedem desculpas consequentemente ensinavam as ciências, as letras, as artes que deveríamos manejar para viver socialmente. De outro lado, para o "homem de verdade" era ensinado ser ponderado, contido na expressão de sentimentos, consequentemente ensinado disciplinas como a matemática e o incentivo às práticas esportivas.

Para Louro (1999, p. 27), os processos de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais são acompanhados pela rejeição da homossexualidade, que orquestrados pela heteronormatividade, se expressam por meio de atitudes, enunciações e comportamentos, não raro e abertamente, homofóbicos. Como exemplo disso, temos o depoimento de *Alexs*, que tinha um amigo muito afeminado e não tendo como esconder isso, era motivo de 'chacota' na escola, e que apesar de tentar ter contato com ele, tinha medo de cair no mesmo 'time' e acabar virando 'chacota' também. Como se a homossexualidade fosse 'contagiosa', cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, 1999, p. 29)

Com base no estudo antropológico de Douglas (1976), que nos apresenta uma análise, sob uma visão funcionalista, os rituais de poluição em vários povos e culturas, considerando os conceitos das antinomias pureza/impureza, limpeza/sujeira, contágio/purificação, ordem/desordem como as constantes de uma temática que abrange desde alimentação e higiene até religião e tabus sexuais. Podemos perceber que 'contagioso' pode ser algo que ela classificou como 'impuro' e que

‘impureza’, é subproduto de uma ordenação e classificação e, sendo essencialmente desordem, aproxima-se simbolicamente da ideia de mal e sujo.

Em nossa cultura, a manifestação de afetividade entre meninos e homens é alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre as meninas e mulheres. De modo especial, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas e em muitas situações sociais é preciso manter a ‘camaradagem’ dentro dos limites. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou ‘jeitos de viver’ suas sexualidades e seus gêneros (LOURO, 1999).

Encontramos algo muito parecido com o que falamos sobre formar ‘mulheres de verdade’ no depoimento de *Poliana.*, quando ela conta que sabia que era diferente, porque enquanto as meninas da idade dela gostavam de bonecas, ela gostava de luta; enquanto as meninas gostavam dos meninos mais velhos das outras séries, ela gostava das amiguinhas dela. Louro (2000) diz, que ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina.

[...]aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (LOURO, 2000, p.9).

Louro (2000) afirma ainda que as identidades são construídas por meio das atribuições de diferenças. Para *Poliana.*, os seus demarcadores das fronteiras que não representavam a norma, foram o gosto pelas brincadeiras ‘masculinas’ e a sua sexualidade, a partir do conhecimento do “outro”, de quem tinha ou não os atributos que possuía.

Santin (2006), explica que na relação corpo/escola é possível dividir o espaço pedagógico em dois momentos; o primeiro referente ao ensino-aprendizagem, à simples transmissão dos conteúdos; o segundo momento, a consideração da escola sobre valores morais e comportamentos. Contudo é necessário não esquecer que é na escola que os alunos têm a oportunidade de conhecer outros corpos, também oportunidade de vivenciar e trocar experiências novas, e mesmo que as necessidades corporais sejam reprimidas, elas vão surgir e burlar as normas que tentam impedi-las de se expressar. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, “*emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder*” (FOUCAULT, 1993, p.146).

Nesse processo de formar “homens e mulheres de verdade”, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil de se equilibrar numa linha tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso, mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta, se possível. As pessoas que se percebem com interesses ou desejos distintos à norma heterossexual, tem um embate maior e para eles restam poucas alternativas tais como: o silêncio, a dissimulação ou a segregação (LOURO, 2000. p. 17). Outro depoimento que se encaixa nessa teoria do silêncio e da dissimulação, é o de *Emerson*, que conta que não sofreu tanto bullying e discriminação quando estudante, porque cresceu em uma época mais repressora, também porque guardava consigo o fato de ser gay, inclusive, para evitar sofrer retaliações. Mas apesar de todo o esforço, ainda recebia palavras ruins, ainda acontecia alguma ofensa.

Muitas vezes, o despreparo para lidar com a diversidade sexual não se restringe aos/as alunos/as, mas toda a escola. Carente de formação adequada, vê no/a psicólogo/a o/a único/a profissional capaz de trabalhar questões de gênero e sexualidade. A construção desses conceitos na escola e na sociedade perpassa, visivelmente, pelo binarismo homem/mulher e pelos preconceitos arraigados em nossa cultura. Podemos pensar que o discurso sobre os corpos e as sexualidades estão continuamente se modificando e multiplicando, pois somos seres transitórios e não estáticos. Eles interpelam a todos e todas, não só os que estão na disputa das relações de poder e discutir gênero na escola é conscientizar o outro da diversidade que nos constitui.

4.2 “Você precisa mudar esse seu jeito”: O papel da escola na regulação sexual dos corpos

Se afirmarmos que todos nós somos iguais perante a Lei, nosso cotidiano e nossas vivências nos mostram o contrário. Conforme Silva e Barbosa (2017, p. 189), “a regulação da sexualidade, gênero e identidade nascem e desenvolvem-se em diferentes espaços da nossa cultura”. Para iniciarmos essa categoria sobre a regulação sexual, temos o depoimento de *Melissa*, uma travesti, que conta que as pessoas diziam a ela como deveria andar, que não era a forma como ela andava e falar de uma determinada forma, que não era a forma como ela falava ou que a voz

dela era ‘um problema’. Nisso ela entendeu, que tudo a respeito dela era um problema, porque o problema dela estava na sua transexualidade.

Pessoas como *Melissa.*, tem seu cotidiano marcado por processos de estigmatização e modos de subjetivação. Esse processo de estigmatização se dá quando, ao romperem com os modelos normatizados, pessoas ficam marcadas negativamente, depreciadas ao ponto de serem desprovidas de direitos e de ter direitos.

Segundo o conceito de Goffman (2017), “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...], nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo” (GOFFMAN, 2017, p. 12).

Desde o nascimento, o ser humano cai em uma rede de saber-poder que determinam os modelos existências na perspectiva binária, premiando os normais com respeito e oportunidades, castigando os diferentes com desprezo e obstáculos.

Mas, antes mesmo da efetivação da coerção direta, há um funcionamento mais eficaz e generalizado de produção do binarismo. Esse funcionamento expressa um poder que, para além de coibir, produz e regula modos de vida e interação social (FOUCAULT, 1988).

Santos (2019, p. 46), em sua tese de doutorado, nos explica que apesar de, no Brasil, não fazer mais parte no Código de Doenças Internacionais (CID 10,1993) há mais de três décadas, muitas pessoas continuam acreditando que a homo(trans)sexualidade é algo passageiro, que pode ser tratada e/ou curada, além de ser atribuída imaginariamente como um universo de perversão, na qual os/as homo(trans)sexuais têm a opção de escolha por sua orientação sexual e identidade de gênero. O autor entrevistou mulheres transexuais e afirma que são muitas as formas de regulações de gênero e sexualidade acionadas pela violência quando as entrevistadas demonstram identificações pelo gênero opostas ao que socialmente se desenha a partir de seus “sexos biológicos”.

Butler (1993), traça uma linha histórica sobre a categoria sexo e elucida que é um processo pelo qual as normas regulatórias se materializam pela reiteração forçada de modelos pré-estabelecidos pelo patriarcado. As pessoas travestis e transexuais provocam o questionamento aos referenciais dados a partir do sexo biológico.

Notadamente importante para o meu aprendizado no fazer dessa pesquisa, é a definição de Peres e Toledo (2011) sobre o que é ser travesti, transexual e transgênero. Eles definem travesti como pessoa que se identifica com a imagem e o estilo diferentes do esperado socialmente para seu sexo biológico, apropriando-se de adereços dessa estética, ela realiza com frequência a transformação de seu corpo quer por meio de hormônios ou cirurgias de correção estética e/ou de prótese e/ou através de silicoes industriais. Transexual, a pessoa que não se identifica com sua genitália biológica (e suas atribuições sócio-culturais), podendo, às vezes, utilizar a cirurgia de transgenitalização para construir suas expressões de gênero em consonância com seu bem estar bio-psico-social e político, podendo ser FtM (*femme to male* – mulher a homem) ou MtF (*male to femme* – homem a mulher); é a pessoa que demanda de cirurgia de mudança de sexo e de identidade civil, demanda que não encontramos nas reivindicações emancipatórias das travestis. Costumava-se considerar anteriormente que o(a) transgênero é apenas aquele(a) que mudava momentaneamente suas performances de gênero com finalidades artísticas, lúdicas ou eróticas (transformistas, *drag queens*, *drag kings*, *crossdressers* e outros). Atualmente, podemos definir transgênero como pessoa que, temporariamente ou não, constrói sua estética e expressões de gêneros contrárias ao que é socialmente estabelecido para os nascidos com seus sexos biológicos, e que não se encaixam nas definições políticas estabelecidas para as expressões ‘transexuais’, ‘travestis’, ‘homem’, ‘mulher’ ou mesmo ‘lésbica’, ‘gay’ e ‘bissexual’, categorias que traduzem mais a questão da orientação sexual do desejo que da identidade de gênero.

Em todos os artigos pesquisados para a realização do trabalho, notadamente percebemos que a comunidade LGBT, em geral, vivência processos de subjetivação que tentará sempre normatizá-la por meio de discursos cristalizados por valores moralistas, religiosos, legalista e conservador. Quem expressa a transexualidade e a transvestilidade carrega consigo histórias de discriminação, violência e exclusão, muitas vezes seguidas de morte, que acontece muitas vezes, dentro do seio familiar. O primeiro documentário que usamos para a escrita do trabalho, enuncia o caso da travesti Dandara², repercutindo no Brasil inteiro, que foi espancada e morta covardemente por homens que a conheciam, em plena luz do dia e diante da vizinhança nas ruas de um bairro periférico do estado do Ceará.

² G1 - Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário - notícias em Ceará (globo.com)

É óbvio que tais coisas, causam diversas sequelas na vida de todos e principalmente nas vítimas de discriminação na questão social como a violência, a intolerância, a desigualdade, dentre outras, resultando em processos de desumanização que, no limite, podem levar à violência letal. Frequentemente, é quase que unânime ouvirmos histórias de travestis que não conseguiram estudar e por conta disso, não conseguem exercer uma profissão que lhes garanta sobrevivência, recorrendo muitas vezes à prostituição. Acerca disso, temos o depoimento de *Josiane*, que diz que tem direito de lutar pelos seus sonhos, pelos seus objetivos e que tem muitas metas para sua vida, uma delas foi terminar o Ensino Médio, que considera uma enorme conquista, pois ouvia muito das pessoas que não iria conseguir, que já tinha passado do tempo, que não iria conseguir ser alguém na vida.

Portanto, cabe aqui a reflexão de Bento (2011, p. 555):

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão...

Nas escolas, não é raro que alunos que não seguem os padrões sejam interpelados com evidentes ou minuciosos obstáculos para permanecer na escola, sejam na participação de atividades pedagógicas, seja no convívio com os alunos, seja no simples ato fisiológico de utilizar o banheiro. Com *Poliana*, ocorreu algo parecido, que por ter uma aparência dita mais 'masculina', era impedida muitas vezes, por outras meninas, de adentrar o banheiro feminino da escola. Os banheiros conformam verdadeiros dispositivos de gênero, invariavelmente binários, frequentemente interpelando as pessoas por meio de seus corpos e subjetividades, para que sigam as normas de gênero e sexualidade vigentes.

Sobre isso, Judith Butler, afirma que:

A autorização para circular e utilizar banheiros são concedidas mediante o enquadramento do sujeito em uma ordem generificada binária, que prioriza o gênero atribuído ao nascer e não a sua autoidentificação. Cabe, até mesmo, refletir que muitas pessoas, para além dos espaços, transitam, também, entre diversas performatividades de gênero, entre o masculino e o feminino e, também, para possibilidades distintas desse binômio (BUTLER, 2003).

Alves e Moreira (2015, p. 62), afirmam que: no contexto de exclusão e da fabricação cultural da diferença, o banheiro pode ser lido como uma ferramenta de controle que normatiza a sexualidade e, como derivação, produz sujeitos dissidentes e discordantes das regras num movimento hegemônico de silenciamento das diferenças. Como já havia citado anteriormente, pessoas que se percebem com interesses ou desejos distintos à norma heterossexual, tem um embate maior e para eles restam poucas alternativas tais como: o silêncio, a dissimulação ou a segregação (LOURO, 2000. p. 17).

Wesley, conta em seu depoimento que carrega marcas profundas, da época da escola, sobre o uso do banheiro, onde foi tão discriminado e humilhado pelos colegas, que chegou a ser abusado.

Louro afirma que a escola é:

[...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo - inato a todos - deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora, a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 1999:30).

Martinelli (2006), aponta que é somente nas tramas das relações sociais que a identidade de gênero autodeclarada adquire concretude, é ser visto como uma alteridade indispensável a sua objetivação. Nesse sentido a autora diz ainda que: identidades pedem reconhecimento, reciprocidade, são construções coletivas. Não há como construir identidades de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana, juntamente com os movimentos sociais...

Concordo com a autora, pois a escola é o lugar onde muitos mundos se encontram, onde as pessoas trocam vivências, experienciam novos olhares, atribuem para si novas concepções. O que posso entender diante dessa pesquisa é que respeitar a diversidade sexual é indispensável para assegurar a autonomia, a cidadania e a não discriminação, na busca da promoção dos direitos humanos, também pensar na possibilidade de ser uma professora melhor para os meus alunos e alunas. O Brasil com altos índices de crimes de homofobia e transfobia, anuncia uma grande necessidade de humanizar a humanidade, para libertar os oprimidos dessa violência estrutural.

4.3 "Você sabe que Deus abomina isso, né?" Psicologização da sexualidade e moral religiosa

Como se sabe, a Pedagogia e a Educação moderna se desenvolveram, em grande parte, sob a égide da Psicologia. Foi essa que forneceu àqueles que planejaram e desenvolveram os sistemas escolares de massa, deste século, o instrumento de justificação científica e de gerenciamento do comportamento humano exigido por seus propósitos de regulação e controle (...) uma conexão entre um projeto de contenção e de governo de massas e um projeto psicológico de transformação na produção do "indivíduo" (SILVA, 1993, p. 4).

Um depoimento que nos faz refletir, é o de *Thyago*, que nos fala da sua experiência de reconhecer sua homossexualidade estudando em uma escola católica. Quando descoberto que era homossexual foi mandando ao psicólogo, que era justamente uma freira, teve também sua homossexualidade questionada e repreendida por termos como "você sabe que Deus sempre falou que homem com homem e mulher com mulher é abominação, né?".

Para Foucault (2004), o surgimento do cristianismo não silencia a sexualidade com proibições e desqualificações, o que ele fez foi introduzir novas éticas, novos mecanismos de poder, que valorizam proibições já aceitas pela cultura romana, o autor nomeou, então, um desses mecanismos de "poder pastoral", onde a Igreja não se estabelece sobre território, porém sobre as pessoas, passando a guiá-las ao longo da vida - do nascimento à morte.

Creio que o cristianismo encontrou um jeito de instaurar um tipo de poder que controlava os indivíduos através da sua sexualidade, concebida como alguma coisa da qual era preciso desconfiar, alguma coisa que sempre introduzia no indivíduo possibilidades de tentação e de queda. Porém, ao mesmo tempo, não se tratava absolutamente - se não se cairia em um ascetismo radical - de recusar tudo o que pudesse vir do corpo como nocivo, como sendo mal (FOUCAULT, 2004, p. 69)

Conforme explica Natividade (2005,) costuma ser motivo de grande angústia tentar conciliar, por vezes, com dilemas internos, a sexualidade e a fé, num contexto incompatível com tal possibilidade. Para outras situações/condições religiosas (como em relação à questão da virgindade) há fortes sanções, há também possibilidades de conserto, podendo-se seguir um curso de vida normal. Porém, para a homossexualidade a possibilidade de "arrepentimento" e "cura", única alternativa considerada legítima, dificilmente se dará sem suspeição ou cicatrizes que não fecham totalmente. Muito menos se pode pensar, no contexto analisado, numa conjunção em que se vivencie abertamente a sexualidade e a fé.

Conseguimos identificar o que disse Foucault em uma fala de Thyago, quando diz que a freira (psicóloga da escola) "pesava" a mente dele quando perguntava como ele sabia se gostava realmente de homem, e se ele sabia que "homem com homem é aberração". A reprodução de uma interpretação bíblica mais literal implica a 'não-aceitação' da homossexualidade para a moral religiosa, pois "foge ao propósito da criação". Pode-se apontar que até existe um acolhimento e não condenação dos homossexuais para religiosos, entretanto, a atitude de acolhimento aparece condicionada à mudança da orientação sexual de cada acolhido.

Direitos sexuais e reprodutivos são parte constitutiva dos direitos humanos, compreendidos como necessidade básica e parte dos direitos fundamentais e o direito ao exercício da sexualidade implica: o direito de estabelecer relações homossexuais, o direito à proteção contra discriminação e de fazer parte de políticas públicas de promoção à saúde. Essa perspectiva dos direitos sexuais enfrenta diferentes moralidades religiosas frente à sexualidade e à reprodução, que têm ocupado lugar de destaque nos debates sobre políticas públicas no Brasil (VENTURA, 2003).

O modo brasileiro de fazer política tem acirrado a manifestação aberta de moralidades religiosas que comprometem a efetivação da laicidade do Estado, fortalecem contextos favoráveis à reprodução do estigma, discriminação e vulnerabilidade, e evidenciam a tensão entre a defesa dos valores religiosos e as liberdades individuais quando se trata da sexualidade (NATIVIDADE, 2009).

Foucault (1987), alerta que a sociedade burguesa se interessa por corpos dóceis, moldáveis e o poder pastoral, que segue vigente com novos contornos e adequando-se aos tempos conforme o contexto histórico, encarrega-se de contribuir com essa construção do sujeito operador. A escola, instituição criada para atender à demanda de formação dessa mão-de-obra, assim como disseminadora de princípios morais, ligada inteiramente à Igreja, torna-se o espaço de disciplinamento e controle de corpos, dos gêneros e das sexualidades.

Atualmente, no Congresso Nacional, um grupo conhecido como "Bancada da Bíblia" defende interesses ligados às instituições religiosas e se ocupa do enfrentamento e obstrução de projetos progressistas, em particular no campo das questões de sexualidade, corpo, gênero e educação, eventualmente, tecendo projetos de leis que referendam o cerceamento da liberdade de docências, tentam mudar termos definitivamente superados em debates sócio-político-educacional, fazendo com que retomemos discussões acerca da laicidade e secularização que (sendo óbvias) não precisaríamos ainda estar discutindo, impulsionando assim, modos preconceituosos sobre as expressões de diversidade de sexualidade e gêneros, já tão massacradas ao longo dos tempos. Nada

raro encontrar várias imprecisões conceituais, por exemplo, "opção sexual" e "ideologia de gênero", que nunca foi utilizada em nenhum campo de estudo de gênero, seja nacional ou internacional.

[...] Traços da moral religiosa conservadora têm sido expressos em meio a processos de despolitização, via discursos de "ideologia de gênero" e de projetos como o Escola Sem Partido. Essa despolitização invisibiliza, via pedagogias do medo e da terra arrasada, a complexidade da produção do homem, bem como a rede intrincada de relações que se efetivam nas interconexões e entrelaçamentos das diversas instâncias sociais, como a escola, o Estado e a Igreja (RIBEIRO e MAGALHÃES, org. 2017).

Portando, cabe a nós acreditar que repensando novas perspectivas pedagógicas é possível ampliar repertórios para proteção do direito de viverem a sua sexualidade de forma autônoma e informada, acolhida e protegida de estigma, discriminação e violência. Será mais interessante nessa perspectiva, portanto, considerar que, em qualquer circunstância, cada pessoa é sujeito pleno e plural, regulador da experiência cotidiana no manejo de sua religiosidade, sujeito capaz de estabelecer diálogos entre o discurso religioso e os diversos discursos sobre sexualidade, inclusive o discurso dos direitos.

4.4 Concepções de educadores sobre diversidade na escola

Vários conceitos definem a palavra diversidade, porém conviver harmonicamente com pessoas e culturas diversas é uma atitude que demanda o conhecer a pluralidade de concepções que compõem os gêneros humanos (espécie humana). No campo educacional, os caminhos percorridos estão e sempre estiveram trilhados em consonância com fatores sociais, culturais e políticos. Diante disso, torna-se inviável compreender os aspectos de uma nova cultura sem aceitar as diferenças entre as pessoas (diversidade) e os valores positivos dos conhecimentos que podem ser adquiridos a partir dela. Segundo Kelmer (2008), a humanidade vive a intensificação desse processo de transformação do comportamento coletivo em vários aspectos, como nos movimentos feministas e na luta antirracismo, portanto, no campo da sexualidade não é diferente.

Na descrição do segundo vídeo, cujo qual, trabalharemos esta categoria traz a questão sobre: qual o papel da educação no combate à violência contra a população LGBT? Para além destes processos formativos que se dá em diferentes esferas da vida das crianças e adolescentes, a vigilância sobre sexualidade e gênero também é exercida na escola por diferentes agentes, técnicas, enunciados nos diversos espaços e de formas variadas, seja em relação aos meninos ou meninas. É

na escola que a maioria de nós aprendemos o que é socialmente prescrito como a forma correta de desejar, o que é reconhecido como amor, ser homem/mulher, e, por conseguinte, o que é inaceitável, o que está fora das normas sociais (MISKOLCI, 2010).

Pensando nisso, é de suma importância ouvir as vozes de educadores sobre as suas percepções e concepções acerca do tema das diversidades. A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças, é o lugar em que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagens diferentes. Se almejamos construir um modelo educacional inclusivo, precisamos repensar os valores hegemônicos e as relações de poder, pois eles permitem a edificação de uma escola para poucos.

No vídeo, *Luiza*, (Professora de Filosofia) fala que: aqueles que sempre estiveram no poder, sempre tiveram autoridade, não querem ter a sua autoridade questionada. Consigo ver aqui um ideário de Foucault (2001), que diz que o poder deve ser entendido não como dominação de um indivíduo sobre os outros, mas como as múltiplas formas de dominação que se podem exercer dentro do corpo social.

"Numa sociedade homofóbica como a nossa, onde o professor vai aprender a desconstruir o próprio preconceito e discriminação..." esse é o questionamento de *Claudia*, que é professora da Faculdade de Educação da USP, também está presente no vídeo. Para Loiola (2006), o educador da escola básica ainda não conseguiu desenvolver, plenamente, sua prática na dimensão da transversalidade, especialmente diante das necessidades exigidas pela temática da sexualidade humana, no tocante à sua diversidade. Tendo em vista que a prática docente nessa perspectiva, exige a adoção de uma nova postura, envolvendo todos os seus agentes, implicada a aplicação de uma nova política que atende às necessidades do contexto escolar. (LOIOLA, 2006, p.08). Para que isso ocorra, é preciso debater os critérios que sempre usamos para classificar o mundo, as coisas, as pessoas e as suas atitudes; criar formas de convívio; repensar o currículo e conceber novas formas de ensinar e de aprender.

Segundo Loiola (2006, p. 10):

“A compreensão do educador/professor acerca do assunto, já que este se encontra com uma defasagem na sua formação, por nunca ter tido oportunidades de trabalhar com a temática que envolvesse as categorias da diversidade sexual, não ajuda a confrontá-la com a realidade”.

Portanto, diante de tudo o que lemos até agora, é possível perceber que as situações sobre a diversidade não deixam de existir, elas acontecem. Precisamos criar estratégias para tratarmos esse tema no contexto escolar, não deixando simplesmente de lado, e sim perceber as fissuras em que podemos tensionar essas reflexões para a transformação social. Precisamos, é claro, deixar os conceitos básicos de lado e abrir os olhos para o que de real está se manifestando no campo em termos de transversalidade. A escola precisa reconhecer que alunos/as homossexuais, bem como aqueles, inclusive heterossexuais, que não seguem os padrões hegemônicos de comportamento de gênero têm sim, direito à educação escolar. E uma educação em que não tenha que se pagar o preço da invisibilidade de identidades, da negação de modos de ser, muito menos a mutilação de corpos (BERTOLINI, 2008).

Se todos pensarmos, atualmente estamos vivendo muitos sinais de retrocessos dos debates educacionais e na conquista dos direitos sociais, estamos vendo ser ameaçadas as poucas conquistas e a luta dos movimentos sociais, tal qual o LGBTQIA+. Para *Renan*, (Advogado e Professor na UNIFESP): *"A escola é o espaço da sociabilidade, é o espaço das diferenças, é o espaço da troca, da pluralidade e as crianças precisam encontrar isso lá..."*. Portanto, a escola é o ambiente especial para a construção de novas práticas e atitudes, o espaço de imensa importância para trabalhar a diversidade sexual, tendo um papel na educação para desenvolver a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos, condições básicas para a vida em sociedade.

Conforme afirma Mantoan (2003, p. 16), se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Para isso os educadores devem estar atentos aos modelos de gênero, a homofobia e intervir em toda e qualquer situação de preconceito, reforçando a dignidade humana e a defesa da cidadania.

Renan, diz também que *"a gente não pode entrar nesse pânico moral que foi criado com a chamada ideologia de gênero, né? As questões de gênero vão ser debatidas desde cedo, conversadas desde cedo com a criança..."*. Quando falamos no conceito de sexualidade geralmente associamos à relação entre homens e mulheres e sua função reprodutiva, mas a relação da Diversidade Sexual é, sobretudo, uma construção dos sujeitos que vivem em sociedade inserida numa cultura, onde os sujeitos são providos de necessidades físico-biológicas.

Claudia, diz que para ela, o perigo está em: *"vamos tirar 'gênero' de tudo"*, como se ao tirar o *'gênero'* da letra da lei, eu tirasse o *'gênero'* da escola. É impossível, por quê? Porque não se

tira 'gênero' da vida...". Concordo que discutir gênero é mostrar que pode existir igualdade e respeito na sociedade e na escola.

O espaço escolar precisa se tornar agente promotor da ruptura do pensamento hegemônico e assumir a diferença como uma faceta positiva do humano, sendo um “elemento polarizador de turbulências e conflitos, um agente de fermentação social da realidade” (SILVA, 2011, p.65). Para que a escola seja um espaço de formação democrática, é preciso que sua equipe esteja preparada para compreender e acolher o diferente, seja ele de qual ordem for. É nesse sentido que o trabalho de formação de professores/as, diretores/as e toda equipe multidisciplinar é passo fundamental para haver uma mudança significativa.

O que queremos é evidenciar a importância de as escolas implantarem a educação sexual, como um meio de criar diálogos e proporcionar aos alunos outras experiências, para combater a discriminação e a desinformação que insiste em permanecer. Para que a diversidade sexual passe a ser temática cada vez mais constante e trabalhada adequadamente, exige muito mais do que a pura implantação nos currículos da escola. É preciso uma reformulação em todos os percursos envolvidos onde:

Destacam-se a garantia de discussão do tema na formação inicial e continuada docente, incluindo extensão, especialização, mestrado e doutorado; a reorganização curricular nacional com a participação de entidades educacionais; o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação dos livros didáticos, especialmente as imagens e os modelos de família nele contidas e/ou silenciadas; o direito de travestis e transexuais ao uso de nomes sociais nos documentos oficiais das instituições escolares; e a ampliação do incentivo a pesquisas e produção de materiais sobre educação sexual, diversidade sexual, direitos sexuais e relações de gênero (VIANNA; CAVALEIRO, 2012, p.40).

É claro que não será um evento por ano que fará mudar as concepções arraigadas durante toda a vida, mas seria uma iniciativa em romper o silêncio, em incentivar o debate e à longo prazo se tornar mais corriqueiro e natural.

Na visão de Britzman (1992), esse é justamente o desafio que deve ser enfrentado pelos/as próprios/as educadores/as. Ou seja, antes de educar sobre a sexualidade, talvez as/os próprias/os educadoras/es tenham que ser educadas/os:

Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/as os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universalizante da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da

heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade (Britzman, 1996, p. 92).

Dessa maneira, é urgente a necessidade de uma formação inicial e/ou continuada que sensibilize o corpo docente em acolher essa diversidade de sujeitos e, principalmente, adotar estratégias para impedir ou pelo menos reduzir, quaisquer tipos de preconceito e discriminação. Portanto a escola deve ser um ambiente de reflexão e cidadania, em que prevaleçam os direitos humanos (Cavaleiro, 2009) e a formação de cidadãos críticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a graduação chegou na fase do trabalho de conclusão de curso, muitos temas passaram na minha cabeça, até que lembrei que eu já havia dito que gostaria muito de estudar gênero e sexualidade, mas confesso que fiquei cheia de questionamentos, alguns deles eram: poderei falar sobre diversidade sexual para meus alunos? Saberei o que dizer aos meus alunos? Saberei lidar com questões sobre homofobia? Meu intuito nessa pesquisa foi pensando em me tornar uma docente melhor.

Para que essa pesquisa se tornasse real encontrei inúmeras dificuldades e uma delas foi o tempo para concluir esse estudo. Em meio a uma pandemia, dificuldades financeiras, desemprego, incertezas, não é nada fácil estudar, fora a vida familiar, vida pessoal, posso dizer com isso que as dificuldades foram imensas. Mas pude superá-las com muito apoio e grande esforço.

Pude direcionar a pesquisa através de três objetivos específicos que puderam ser alcançados, isso proporcionou que o objetivo geral também fosse alcançado com êxito. Como objetivo geral trouxe a seguinte proposta: analisar o processo educacional sobre diversidade sexual a partir de um estudo de caso de vídeos educativos divulgados na mídia nacional. Sendo assim, dois vídeos foram escolhidos, dois documentários que trazem depoimentos de ex-alunos LGBT's e outro de professores e artistas que falam abertamente sobre a diversidade sexual, como enfrentaram a indiferença na escola e como lidam diariamente com ela, principalmente no contexto escolar. Através dos vídeos e dos depoimentos pude pensar em possibilidades de mudança formação docente, isso me fez pensar em três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi: observar nos depoimentos o que de diferente lhes ocorreu, acerca da diversidade sexual, no contexto do espaço escolar. Todas os depoentes tiveram algo para contar, muitos deles experiências ruins, violências físicas e/ou psicológicas e todos salientam a homofobia como principal acontecimento sobre a diversidade sexual.

O segundo objetivo específico foi: verificar implicações da diversidade sexual na formação ensino-aprendizagem dos alunos e docentes no processo das relações de poder. Sabemos que todas as problemáticas sobre diversidade sexual é um processo estrutural e é necessário que efetivamente estejamos sempre nos capacitando para lidar com a temática.

O terceiro objetivo específico foi: problematizar a formação dos professores à luz da diversidade sexual nas propostas curriculares do curso de Pedagogia. Essa problemática é evidente

para mim, pois ao longo do curso vivenciei poucas vezes esse tema e algumas pessoas na sala de aula ficaram relutantes em discorrer o assunto, algo que me preocupa pois ao adentrarmos os espaços escolares encontraremos diversas pessoas e diversos contextos. Falando disso e resgatando memórias da graduação, lembro-me de ter tido poucas aulas sobre o tema diversidade sexual e gênero em uma das disciplinas de psicologia. Considero que foi mínimo, gostaria de ter estudado mais sobre essa temática ao longo do curso, acredito inclusive que o tema sobre diversidade sexual deveria ter uma disciplina específica, pois muitos conceitos ainda geram muitos questionamentos, pela falta de debates.

Essa pesquisa foi algo de suma importância para mim, pois agregou muitos saberes e conhecimento para a minha vida acadêmica, profissional, também mais especificamente, na vida pessoal. Isso me faz acreditar que este estudo pode também contribuir para a formação de outros docentes possibilitando novas conjunturas e novos processos educativos no contexto escolar referente à diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia* | 2015, Vol. 17, No 3, 59-69.
- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro – RJ. v. 9, n. 1, p. 49-63, jan/jun, 2006.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo: a experiência vivida. 2ª ed. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265- 274, 2006.
- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BORTOLINI, Alexandre et al. *Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Diversidades Sexuais*. Brasília: Ministério da Saúde: 2011, 56 p.
- BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALEIRO, C. M. (2009). Escola e sexualidades: Alguns apontamentos para reflexões. In M. N. D. Figueiró (Ed.), *Educação sexual: Em busca de mudanças* (pp. 153-169). Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina.
- CORREA, Celina Celia Furlan. *Enfocando as homossexualidades na escola. Especialização em física para o ensino médio – Universidade Estadual de Londrina / Londrina*, 2008.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

FOUCAULT, M.. Vigiar e punir Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 20ª Reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 28ª Reimp. São Paulo: Graal, 2010b.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRY, Peter. Apresentação. In: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FURLANI, Jimena. Sexo, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-362, 2011.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil. Movimentos sociais, Ongs e Terceiro Setor. Revista Mediações. Londrina, v. 5, n.1, p. 11-40, 2000.

GOHN, M. da G. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Loyla, 1997.

Governo do Estado do Paraná: Secretaria do Estado de Educação – SEED – PR, 2016. Superação do Preconceito e Discriminação contra GLBT: Formação em ação - Gênero e Sexualidade na perspectiva da Diversidade Sexual. ISSN Anexo 3. 1 semestre. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre2016/anexo3_fa_cergds.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

GOMES, J. C. Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Análise das Ações do Programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GREEN, J. N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, J. N. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n 18/19, p. 13-44, 2003.

HOWES, R. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n 18/19, p. 287-314, 2003.

JESUS, J. G. de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília – DF, 42 p. 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____ (Org.) Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009 p. 13-52.

KELMER, Ricardo. Diversidade Sexual: Revista Planeta. Edição 489 ed. Três, < disponível em <http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/comportamento/diversidade-sexual> >.

KOSNIK, Anthony (Org.). A sexualidade humana. Novos rumos do pensamento católico americano. Petrópolis, Vozes, 1977/1982.

LAFARGUE, P. *Porque crê em Deus a burguesia*. Tradução de Jaime Ferreira Dias. Portugal: República Social, 1932.

LIMA, Francis Madlener. O discurso da homossexualidade no universo escolar: um estudo no curso de licenciatura em Educação Física. 2006. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná.

LIMA, M. E. O. (2011). Preconceito. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia Social: Temas e teorias* (pp. 451-500). Brasília, DF: Technopolitik.

LOPES, Denilson. O homem que amava rapazes e outros ensaios. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (2. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo educado: pedagogias da sexualidade / (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

LOIOLA, Luis Palhano. Diversidade Sexual: Perspectivas Educacionais. – Fortaleza Ed. UFC, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e projeto ético-político profissional. Revista Emancipação, Paraná, ano 6, n. 1, 2006.

MELLO, Luiz et al. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. Relatório de Pesquisa: UFG, 2010.

- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOSCOVICI S. (2010). *Representações sociais: Investigações em Psicologia Social* (7. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- NATIVIDADE, M. Ser homossexual ou ser evangélico?: dilemas de construção de identidade. In: GOMES, E.C. (Org.). Dinâmicas contemporâneas de fenômeno religioso na sociedade brasileira. Aparecida: Ideias e Letras, 2009a. p.101-24.
- NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? Athenea Digital, 17, 2010. p. 227-239.
- OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. Diversidade sexual e escola: reflexões sobre os discursos dos profissionais da educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- PERES, William Siqueira e TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2011, vol.11, n.22, pp. 261-277. ISSN 2175-1390.
- Programa Brasil Sem Homofobia. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.
- RIBEIRO, Paula Regina Costa, MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade/organizadoras - Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284p.
- RIZZATO, L. K. *Percepções docentes sobre a homofobia na escola: entre dissonâncias e continuidades.*
- REIS, A. L. M. dos. Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). Minorias Sexuais: direitos e preconceitos. Brasília: Consulex, 2012. p. 55-68.
- ROSSI, A. J. Avanços e Limites da Política de combate à Homofobia: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil sem Homofobia. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, H. C. da C. Diversidade sexual e a proteção dos direitos no ambiente escolar. *Tem@ - Revista Eletrônica de Ciências*. v. 16, n. 24/25, jan./dez., 2015.

SANTIN, Silvino. Processos Comunicacionais na Educação Física e no Esporte - Reflexões filosóficas – Motrivivência - Ano XVIII, Nº 26, P. 169-186 - Jun./2006.

SANTOS, Márcio Gonçalves dos. Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus. 2019 169 f. Tese. Doutorado (Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OKITA, H. Homossexualidade: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2007.

ROSSI, A. J. Avanços e Limites da Política de combate à Homofobia: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil sem Homofobia. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCOTT, R.P.; CANTARELLI, J. Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares. *Cad. CRH*, v.17, n.42, p.375-88, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. Preconceito contra usuários do programa transcidadania. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (Orgs.). *Transpolíticas públicas* Campinas: Papel Social, 2017.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, E. M. de; CARRIERI, A. de P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 3, edição especial, São Paulo – SP. p. 46-70, mai./jun. 2010.

SEPULVEDA, D. A. X. A formação da identidade e o processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual.

VEIGA, S. G. Subjetividade/Sexualidade: uma questão pedagógica. *Caderno de Aplicação*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul./dez. 1997.

VENTURA, M. et al. Princípios dos direitos sexuais e reprodutivos. In: _____. (Orgs.). *Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos: síntese para gestores*.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e diversidade: Gênero e (Homo) Sexualidades. *Revista Gênero*. - Niterói, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2012.

ANEXOS

Transcrição 1: HOMOFOBIA E TRANSFOBIA NA ESCOLA

https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8

Descrição do vídeo: DEPOIS DA TEMPESTADE: A LGBTFOBIA NA ESCOLA | A escola ainda não está preparada para acolher a diferença. Por isso, o período dos ensinamentos fundamental e médio costuma ser desafiador para LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. É durante o percurso educacional que questões como corpo, sexualidade e afetividade começam a aflorar, gerando uma série de conflitos internos e externos. Qual é o espaço na escola para aqueles que não se encaixam no padrão heterossexual e cisgênero?

Durante décadas, a diversidade sexual foi violentada e invisibilizada nas salas de aula. “Depois da Tempestade”, documentário universitário de 24 minutos, apresenta relatos de LGBTs de diferentes cores, gerações e realidades. Hoje, eles enfrentam o ódio para construir um futuro diferente e permanecer na escola. A tempestade, aos poucos, parece dar lugar ao arco-íris.

O documentário recebeu o 2º lugar na categoria Videodocumentário do 22º Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Selecionado para festivais e mostras de cinema:

2ª Mostra do Filme Marginal (Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA)

XV Cinefest Gato Preto (Lorena/SP)

20º Festival Kinoarte de Cinema (Londrina/PR)

Toró - 4º Festival Audiovisual Universitário (Belém/PA)

5ª Mostra Pajeú de Cinema (Afogados da Ingazeira/PE)

Projeto Andanças - Mostra de Cinema de Gênero e de Diversidade (Secretaria de Educação do Estado/PE).

Fala de Tereza Tavares, apresentadora de um telejornal do estado do Ceará:

"A polícia apresentou hoje 5 pessoas que foram detidas, suspeitas da morte da travesti Dandara dos Santos. Segundo as investigações, Dandara foi espancada apedrejada e executada a tiros".

Fala do atual presidente da república Jair Bolsonaro pra um repórter: *"Agora gostar de homossexual... vá pra lá, ninguém gosta, tá ok? Ninguém gosta, a gente suporta..."*

Fala de uma apresentadora de um telejornal: *"...imagens flagraram o momento em que uma travesti foi agredida por um policial militar em Porto Alegre"...*

Fala do atual presidente Jair Bolsonaro em um programa de televisão: *"...o filho começa ficar meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele".*

Fala de Lucieli Dorneles, apresentadora de um telejornal: *"Dois dias antes de ser morto, Itaberli Lozano denunciou na internet que era vítima de preconceito por parte da própria mãe".*

Fala de um candidato à Presidência da República em um debate televisivo: *"Desculpe, mas aparelho excretor não reproduz...Vamos ter coragem, somos maioria, vamos enfrentar essa minoria..."*

Fala de Márcio Santos, apresentador de um jornal televisivo: *"Um protesto contra homofobia aconteceu hoje no bairro Nova Benfica, zona norte de Juiz de Fora..."*

Fala do atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro para uma entrevista televisiva: *"Não existe homofobia no Brasil..."*

Fala do apresentador de um telejornal: *"Um homem ficou com graves queimaduras depois de ter sido vítima de um ataque homofóbico. no centro de Curitiba".*

Fala do atual presidente Jair Bolsonaro para alguns repórteres: *"...que respeito a homossexuais? Eles é que têm que nos respeitar, é o contrário".*

Fala da apresentadora de um telejornal do estado da Paraíba: *"Uma travesti conhecida por Rose, foi morta a pauladas no bairro do Bessa aqui na capital..."*

Fala do pastor evangélico Marco Feliciano: *"O movimento LGBT se levanta com uma doutrinação nacional, uma ditadura gay e eles forçam as pessoas a pensar o que eles querem".*

Fala do apresentador de um telejornal: *"Uma manifestação contra a homofobia parou a comercial da 307 sul, na noite passada".*

Fala do atual presidente Jair Bolsonaro sobre um tema polêmico em um debate televisivo: *"Educação frouxa gera gays, escola é o lugar da criança aprender física, química, matemática, português etc."*

Contra-resposta de uma mulher que estava no mesmo debate em questão: *"E respeitar as diferenças..."*

Jair Bolsonaro retruca: *"Negativo".*

A mulher responde novamente: *"...e respeitar as diferenças, sim!".*

"Ensinar pra criança que ser gay é normal, é legal? Não!".

Depois da tempestade...

O ambiente do vídeo é um cenário escolar e em uma cadeira de aluno estão pregadas plaquinhas, feitas com folhas de caderno, com as palavras "viado", "traveco", "mariquinha", "sapatão", "aberração", "boiola", "bicha" que notoriamente são usadas como forma de xingamento direcionado a homens homossexuais.

Algumas questões começam a ser ditas no vídeo:

"Por que às vezes eu me achava tão estranho?"

"Por que eu tinha alguns pensamentos que me surpreendiam e me assustavam?". "Por que eu ficava tão desconfortável, por sentir as coisas que eu sentia, pensar nas coisas que eu pensava?"

"Vivia sozinha e envergonhada"

"Não tinha com quem falar sobre o que se passava comigo e tinha medo"

"E tinha medo".

"Estava confusa e não via saída".

"Não queria ser como eu era e não sabia o que fazer para não ser".

Narrador: *"Ser LGBT, lésbica, gay, bissexual, travesti ou transsexual, não são escolhas, cada um simplesmente é. Só que esse processo, de se descobrir, sempre gera uma série de questões. E o pior, quando a gente ainda está na escola. Por isso, para muitos LBGT's, a escola costuma ser um território hostil..."*

Jean: *"Eu sabia que eu não tinha algo que me enquadrava dentro da normalidade dos outros, que não era muito normativo. Sempre fui aquela criança que dançava "É o tchan" no churrasco da família, entendeu? Então, a gente fica meio que se questionando: o que está acontecendo?"...*

Poliana: *"Eu fui uma criança que sempre destoou das meninas da minha idade, né? Enquanto as meninas tinham as "Barbies", as "Suzys" e assim por diante, eu tinha "comandos em ação", né?, eu queria assistir filme do Rambo"...*

Fran: *"E a questão do que eu era, de como eu me sentia, essas questões "veio" mesmo na adolescência, que eu acho que é por causa dos hormônios. Então, eu me via diferente dos outros meninos e me via diferente das outras pessoas. Eu não sei se seria o certo eu dizer isso. Então a dúvida veio aí..."*

Poliana: *"...opa, todas as minhas amigas gostam do menino do terceiro e eu gosto da minha amiga, entendeu? E aí as coisas foram ficando mais difíceis pra mim, porque eu não sabia lidar com, não sabia o que estava acontecendo, só sabia que eu era diferente..."*

Jean: *"Eu sempre fui uma pessoa, assim, que tentava entender o que era eu, desde o começo. Desde o ensino fundamental que eu vi um certo olhar, pelas pessoas, assim, uma certa recriminação e até mesmo na escola, pelos apelidos "viadinho", "bicha"..."*

Fran: *"Nesse período, a questão de apelidos, os bullyings...Então eu falei assim: então...eu acho que eu sou gay, nessa época. Então tá, eu sou gay, mas isso é errado, isso não pode. Então eu relutava contra isso..."*

Jean: *"Eu falava: sou mesmo! (risos), eu começava...depois dos 13, 14 anos eu comecei a ficar mais debochado e falar mesmo, entendeu? Mas assim, a minha família não sabia, então, eu fazia meio que escondido, entendeu? Então, eu sou mesmo, e daí? Você vai fazer o quê? Entendeu? Essas coisas de encarar, ver o que acontece. Aí a partir do momento em que eu comecei a falar "eu sou", "eu sou", "eu sou", todo mundo parou de falar que eu era".*

Wesley: *"Foi um pouco traumático porque eu nunca tinha colegas, nem amigos, porque ninguém queria se aproximar de mim. Aí eu sempre fui visto como o "esquisito da turma..."*

Fran: *"No registro é Francisley, aí os mole...a molecadinha, tanto menino quanto menina mesmo colocaram apelido de "Francisgay". Então eu falei assim: Nossa...não gostava, arrepiava, mas eu ficava quieta..."*

Emerson: *"Eu não fui, talvez, muito discriminado, também, talvez não sofri muito bullying por ter crescido numa época um pouco mais repressora. Porém eu segurava questão de ser gay, de ser homossexual comigo, pra evitar também tudo isso. Mas em algumas situações sempre acontecia alguma ofensa, alguma palavra ruim..."*

Alexs: *"O menino, né? que era mais afeminado que não tinha como esconder, todo mundo zoava com ele, eu lembro que eu tentei alguns contatos com ele, mas ainda não era... o contato, eu lembro que eu conversava com ele com medo de cair naquele time também, medo de virar chacota também, porque, né? a única referência era humorística..."*

Poliana: *"E as meninas não gostavam que eu entrava no banheiro, ficavam me apontando, diziam que eu era um moleque, que eu tinha que ir no banheiro dos meninos...então assim, era muito difícil nessa primeira infância, né? Saber que...tipo assim... ué, mas eu sou uma menina..."*

Herbert: *"Quando na medida que eu pratico bullying, eu me coloco como, fora daquele lugar, eu tenho poder, é uma relação de poder, né? Eu tenho poder de, inclusive, não ser aquilo, inclusive, apontar aquilo, né? Então eu acho que passa o mesmo uma perversão pessoal e sim de um valor social, se não fosse problemático a pessoa ser gay, né/ Uma pessoa ser trans na escola, isso não seria motivo de ser xingado..."*

Thyago: *"Você fica: O que eu sou? Mas por que eu não posso ser isso que eu sou? Será que eu realmente sou? Tanto que teve tempos que eu até parei e fiquei tipo, "não, não gosto de homem", "não gosto de homem", ficava falando pra mim mesmo "não gosto de homem" e tentei gostar de uma menina. E aquilo...e era um sentimento falso, porque não era real..."*

Wesley: *"...e eu nem saía pro intervalo, eu gostava de ficar sentado na carteira pra que ninguém me notasse, porque às vezes quando eu só o fato de eu levantar da carteira e demonstrar alguns trejeitos que os gays têm...éh... já era motivo de eu ser humilhado e xingado e agredido. Tanto verbalmente como fisicamente, então eu sempre quis ser invisível e pra mim sempre foi uma tortura ir pra escola..."*

Fran: *"...chegava sexta feira falava assim: "Nooossa, que alívio! É sexta feira, vou ficar em casa". Daí, tipo, chegava o domingo à noite já ficava, o coração já fazia assim (faz movimento de palpitação com as mãos), já ficava a mil..."Putz...tem que ir pra escola, tem que passar por tudo isso, as brincadeiras que me incomodavam, essas coisas..."*

Thyago: *"...no colégio em que eu estudava, em colégio de freira, e eles de quando descobriram isso, me mandaram pro psicólogo, chamaram minha mãe pra ir no colégio e me mandaram pro psicólogo porque era uma freira. E ao invés de ela me encaminhar pra uma autoajuda, pra eu me encontrar, ela acabava me colocando mais pra baixo: "Quando você conheceu esse homem? Como você sabe que você gosta desse homem? Você sabe que Deus...éh...que Deus sempre falou que homem com homem, mulher, homem com homem aberração, mulher com mulher aberração"...E ela pesava muito a minha mente. E por eu ser da igreja, ter crescido dentro da igreja aquilo me dava medo e fazia eu me questionar sobre: "Tantas pessoas no mundo por que eu tenho que ser o desgosto da família?"*

Melissa: *"As pessoas só me diziam que devia andar de uma determinada forma que não era a que eu andava ou falar de uma determinada forma, do modo como eu deveria falar ou a minha voz que era o problema, não era o meu modo de fala, né? Então, na verdade, tudo era o problema, porque o problema estava na minha transexualidade, né?"*

No vídeo mostram dados de pesquisas sobre homofobia:

Na escola 87,3% têm preconceito por orientação sexual.

98, 5% mantém distância por homofobia.

Preconceito exclui. Homofobia mata.

Fonte: Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. Fipe/Ministério da Educação, 2009

Wesley: *"...Teve uma que mais me marca até hoje: Quando eu fui no banheiro e... e alguns meninos me humilharam de tantas maneiras que... entre elas até o abuso sexual..."*

Thyago: *"...e eu até já pensei várias vezes em me matar, já tentei. As pessoas falam: "Você não tentou porque se você tenta, você consegue"...mas não é tão simples porque chega na hora você pensa em um milhão de coisas, tema família, tem os amigos, aí você quer sair dessa dor, você pensa: "Não, minha família vai sentir minha falta, mas mesmo assim eu tô pensando na minha família, seria muito mais fácil eu acabar com tudo isso e eu tô livre, minha família tá livre..."*

Wesley: *"...Eu quase concretizei isso porque eu não aguentava mais toda essa violência que eu estava passando. Então pra mim, morrer, era a melhor alternativa, seria o refúgio pra acabar com todo aquele sofrimento..."*

Thyago: *"...e eu adoeci muito, eu tive umas crises depressivas. Eu com 13, 14 anos, já tomava dois comprimidos por dose pra fazer efeito de 100...50mg de tarja preta..."*

Wesley: *"...até porque eu tinha medo de sofrer mais violência e na época eu me via como o errado também da situação. Eu me sentia como o merecedor de toda a violência que eu estava passando..."*

Herbert: *"...era a história de uma travesti, a Scarleth, contando dela, quando ela tinha 11 anos, ela nem sabia que era trans, ela nem sabia o que estava acontecendo com ela, que ela foi abusada no banheiro, por 8, não sei lá quantos meninos...o encaminhamento dessa história é que quem foi expulsa da escola, foi ela".*

Melissa: *"Naquela época era bem complicado...assim... a temática não estava sendo discutida, era patologizado, então sendo patologia, havia cobrança de pais que diziam que seus filhos podiam*

ser contaminados. Então tinha toda uma questão assim, bem hipócrita e preconceituosa, né? Com a convivência de pessoas diferentes, né? E eu era a única pessoa diferente da escola, né? Então eu acabava sofrendo toda essa pressão, todo esse bullying, né? Eu era aquilo que não poderia ser, que não deveríamos..."

Herbert: *"Então, eu acho que é isso, qual que é a mensagem que passou pra ela? "Você não tem esse direito, você não tem o direito de estudar aqui", ao não ter amparo, ao não ter proteção, ao não ter não sei que... Você vai fazer o que num lugar que te humilha, você vai fazer o que num lugar que não te...te...não te aceita, né?"*

Melissa: *"Nós éramos expulsas, né? porque a gente, muitas vezes, éhhhh... tinha que ser éhhh... passar por muita coisa, muita humilhação, né? pra poder permanecer nesses espaços, desde a lista de chamada né? que te faz, você... rrsr... se constranger com seu nome de registro, até possíveis agressões. E então, eu acho que é difícil a gente querer estar ali, né? A maioria da, da evasão escolar acontece porque esse processo educacional acontece no mesmo período em que a gente transita entre..."*

Herbert: *"Dentre várias, todas as violências, não é questão de comparar violência, mas pensando por essa base, que é questão do nome, é uma questão do reconhecimento do outro. Então assim, é por isso que é muito forte a evasão a expulsão escolar de pessoas trans, porque assim... o enfrentamento que uma trans ou um trans vai ter que fazer para a escola, é maior, nesse sentido, e principalmente nesse momento, nesse momento que "eu nem sei o que eu sou"..."*

Melissa: *"...então a negação de direitos é o assassinato social, né?... éhhh... não é um suicídio, a gente não se suicida socialmente, a gente é assassinada, né? quando tema como a transexualidade por exemplo, não pode ser discutido..."*

1/4 dos LGBT's na escola sofreu agressões físicas

Mais de 70% foram agredidos verbalmente

Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil ABGLT, 20016.

LGBT vai à escola pra ser agredido.

Wesley: *"O que eu passei tanto tempo da minha vida calado e hoje eu vejo que quando eu falo, eu sou, de certa forma, a voz daqueles que estão em silêncio. daquelas crianças que estão em silêncio. E eu torno a dizer: me dói saber que nas escolas, o local onde deveria se ensinar o respeito... éh... éhh... não está sendo, não está sendo concretizado..."*

Jean: *"A gente tem que criar uma educação, uma forma de educar que humanize, entendeu? Porque a gente desde cedo cria pro mercado de trabalho, cria pra pessoa ser alguém e não ser quem ela é. Eu acho isso muito difícil, eu acho um discurso meio complicado de se colocar numa escola. A gente já restringe desde pequeno e quer que siga um caminho que a pessoa às vezes não escolhe".*

Alexs: *"Se você quer realmente educar pessoas pra serem bons humanos, tem que partir desse princípio. Porque o que se tem é uma educação hétero, é uma educação branco, uma educação cristã, como muitas escolas exibem: "Educação Cristã". É isso que existe, o que existe é uma educação apenas uma parte e o resto tem que se encaixar ou fica fora..."*

Jean: *"A partir do momento que você define um padrão de normalidade, você coloca sobre a margem tudo o que não encaixa dentro desse padrão, a escola é um exemplo disso, entendeu? E a partir do momento que a gente deixa...éhhh...que a genitália, tipo, interfira no direcionamento que nós vamos dar pra educação das nossas crianças, acaba sendo emblemático, que a gente acaba restringindo elas..."*

Herbert: *"O que a gente tem agora são pessoas, profissionais reivindicando o direito de falar sobre isso de uma maneira ética, eu acho, de uma maneira emancipatória, humana...isso a gente tem mais, hoje. Mas a escola sempre falou sobre sexualidade, mesmo não falando, mesmo não falando ela falava o quê? Não! Isso não é importante! Não falando sobre gay, lésbica, ela falava "isso não existe", né? Esse tipo de amor não existe..."*

Poliana: *"Eles esquecem que o papel que o professor ele é somente, o professor e a professora, ele é somente um mediador, uma mediadora. O aluno, ele traz os seus conceitos e o seu conhecimento próprio, seja da sala de aula, das experiências vividas na escola, seja da casa, seja da família, seja do percurso que ele faz todo dia da casa para a escola. Então a gente tem que parar de tratar as nossas crianças como se elas fossem copos vazios e aí o primeiro que for lá encher com um líquido, é aquilo que ela vai ser o restante da vida..."*

Melissa: *"Não é uma questão de você ir lá e doutrinar alguém ou ensinar alguém o que é ser pessoa trans, mas você trabalhar a existência plena e o direito dessa pessoa de estar ali, né? presente naquele espaço, né? porque se você não pode falar daquela pessoa, essa pessoa também não pode existir..."*

Thyago: *"Se você não fala sobre isso, no colégio você vai escutar na rua, na rua que você vai escutar, a maioria das vezes é, que o 'viadinho' é vagabundo, que vai pro inferno, que vai contra todas as leis de Deus, que é uma abominação..."*

Poliana: *"Nós somos filhos de gays? Meus pais são héteros, entendeu? Se a homossexualidade, a bissexualidade e transexualidade, enfim...fosse ensinado, né? eu seria hétero, a Cássia Eller seria hétero..."*

Alexs: *"Tem que ter um trabalho de escola, por quê? Porque não dá pra fugir disso mais...Isso tá na internet, isso tá na novela, isso tá nos filmes, isso está na história, isso está no dia a dia. Não tem como voltar atrás, não dá mais pra voltar e disfarçar. Então quanto mais cedo trabalhar isso na escola, você consegue direcionar isso. Não tem mais como tapar o sol com a peneira, não tem mais peneira..."*

Emerson: *"A repressão dentro do ambiente escolar, ela não funciona, ela regride, ela cria robô e nós não somos robôs. Não existe ainda o robô que pensa, ele repete aquilo que você programa, seres humanos não são isso, seres humanos sentem, abraçam, conversam e a escola é isso".*

LGBTfobia no Brasil: 442 mortes em 2017. Travestis e transexuais.

Brasil: líder mundial no assassinato de travestis e transexuais.

No Brasil, travestis e transexuais são exterminados

Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2018/ Trans Murder Monitoring Ttrangender Europe 2017.

Emerson: *"Em várias situações os alunos já me perguntaram: 'professor, o senhor é gay', o que que eu respondo? 'Sim, sou...' e essa é uma resposta ou então 'o que muda na condição de eu ser gay e ser o seu professor?', certo? Não muda nada. Eu estudei para esta disciplina, então sobre essa disciplina eu posso te ajudar, então o 'ser gay ou não' não vai te incomodar, não tem nada a ver com o que eu tenho pra poder lhe ensinar..."*

Poliana: *"Eu trabalho há muito tempo aqui nesse colégio, nunca foi pedido pra nenhuma direção que trabalhou, nunca tive nenhuma conversa com éh... pedagogos e pedagogas em relação a minha orientação sexual só porque é muito aberta, é muito tranquila..."*

Herbert: *"Hoje, a gente em uma geração, eu acho que, até com o efeito dessas aberturas que tem tido essa, que tem tido mais coragem pra se colocar mesmo, colocar como corpo político, essa política do cotidiano, sabe? 'sou viado', 'sou trans', 'sou queer', 'sou...'; 'não sei o que eu sou...sei lá'...e tem falado: '...professor, você tem que me respeitar!'..."*

Emerson: *"Eu gostaria de ter tido a coragem que eles têm quando eu tinha 15, 16 anos, né?...que eu ficava de lado. Eles não ficam de lado, eles vão...ninguém, né? Você entendeu? É diferente...ninguém me chamava pra alguma coisa. Hoje, não existe mais isso...eles são chamados, eles participam...Pode até... mas óh..."sou sim, e daí?*

Narrador: *"Josiane, João, Linaê e Maria, os caminhos deles se cruzarem no final de 2016, quando participaram do Movimento de Ocupações Secundaristas. Os quatro estudavam em colégios de diferentes regiões da periferia de Londrina".*

Linaê: *"Eu comecei a me policiar mais de como eu poderia ser na escola. Então, eu tentava entender se alguém me chamava de...sei lá...de estranha de monstro, de alguma coisa assim, eu achava que a culpa era minha, mesmo, então eu tinha que mudar isso. Então eu sempre me consertava. Então eu comecei a sofrer um pouco menos, só que, daí eu ainda sofria um pouco por... por jeito, né? não tem como você esconder o seu jeito dentro da escola. Não tem como você esconder. Você acaba se animando muito e acaba saindo alguma coisa, né?"*

Maria: *"Justamente por eles estarem falando e arrumando brigas com essas palavras comigo e eu não ia ficar quieta. Então eu cheguei e falei pra diretora: 'Olha, eu não vou aceitar isso. Ou a senhora toma uma decisão, ou eu vou ter que chamar a polícia, porque isso é crime...'"*

Josiane: *"Eu tenho direito de lutar pelos meus sonhos, pelos meus objetivos, eu tenho muitas metas na minha vida e pra mim, terminar o Ensino Médio foi uma conquista muito grande, porque até então, eu via muito das pessoas que eu não ia conseguir, porque já tinha passado do tempo, que eu não ia conseguir ser ninguém na vida. E eu fui mostrar pra essas pessoas que eu posso e que eu sou capaz..."*

Maria: *"Então as pessoas, elas querem saber ou elas não querem, mas a gente tá falando. Essa mudança é... tá sendo recorrente dentro das escolas porque já é um assunto que tinha, então os alunos LGBT's, eles estão se colocando e tão falando "eu tô me vendo nesse assunto, eu quero me ver, já que é um futuro pra mim, eu quero me ver nesse assunto, então eu quero que falem sobre mim" ...*

João: *"Eu acho que uma escola ideal seria mais uma educação um pouco mais transformadora, não de fato que seja você copiar as coisas e pensar que você é uma nota, onde acabe o sistema de nota, que tem que ser nota, nota, nota, você tem que ter nota, pra ter vestibular tem que ter nota e só. A escola ideal pra mim será um espaço mais aberto a qualquer pessoa sem nenhum tipo de preconceito..."*

Linaê: *"É você humanizar essas pessoas e você ter a consciência de que a gente não é apenas, tipo assim, uma pauta, a gente não é um tema, a gente não é um termo, entendeu?...a gente é... somos pessoas assim, que têm as suas vontades, os seus sonhos, suas esperanças e tenta só trazer isso pros espaços que a gente já convive..."*

Narrador: *"Ainda há um longo caminho até que a temática LGBT saia do armário na escola. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, precisam aprender a enfrentar o ódio desde muito cedo. É uma jornada desafiadora, mas muitos LGBT's não se sentem mais tão sozinhos. No horizonte, aos poucos, surge o arco-íris depois da tempestade..."*

7.2. Vídeo: A educação pode transformar uma sociedade LGBTfóbica?

Descrição do vídeo: Qual o papel da educação no combate à violência contra a população LGBT? Enquanto projetos para tratar da diversidade na sala de aula não avançam e são taxados de "ideologia de gênero", em média 73% dos alunos que se declaram LGBTs são vítimas de discriminação dentro da escola e boa parte da população sequer chega a cursar o ensino médio. O Trip TV falou com professores, alunos e ativistas para entender se é possível e como funcionaria uma escola inclusiva e que eduque sobre a diversidade.

Amara Moira (Escritora): *" Eu lembro quando eu tinha 13 anos e zoava o meu irmão porque ele gostava de ginástica olímpica e a minha irmã porque ela fazia futebol e eu virei travesti e bissexual depois, né?"...*

Rafael Cristiano (Ator e Educador): *"Eu saio de casa, tenho que segurar no ônibus assim, eu tenho que andar assim, eu tenho que falar assim, eu tenho que escrever assim. É um teatro, todos fazemos, todos..."*

Claudia Vianna (Professora na Faculdade de Educação da USP): *"Eu estou sendo perpassada pelas relações de gênero muito antes de nascer. Então essas relações que vão me dizendo: 'quais são os símbolos femininos, quais são as normas'?"*

Daniela Andrade (Diretora do AGVS): *"Eu não tenho nenhuma lembrança boa do meu período escolar, né? Eu sofri diversas discriminações, tanto verbais e psicológicas, físicas..."*

Lucas Acácio (Estudante Universitário): *"O número de bullying é alarmante. A maioria dos bullings que tem na escola é referente a alguma coisa da sexualidade da pessoa, sabe?"*

73% dos estudantes LGBT's já foram vítimas de homofobia na escola.

Fonte: PESQUISA NACIONAL SOBRE AMBIENTE EDUCACIONAL. 2014. ABGLT

Claudia Vianna (Professora na Faculdade de Educação da USP): *"As pessoas trans são as pessoas que menos frequentam a escola, elas quase não cursam o Ensino Médio, elas saem muito antes disso..."*

Daniela Andrade (Diretora do AGVS): *"É óbvio que essa população não sai da escola, essa população é expulsa da escola..."*

60% dos estudantes LGBT's se sentem inseguros na escola.

Fonte: PESQUISA NACIONAL SOBRE AMBIENTE EDUCACIONAL. 2016. ABGLT.

Luiza Coppieters (Professora de Filosofia): *"Eu comecei a minha transição no final de 2011, começo de 2012. Em 2014 comecei a contar para os professores, depois em março eu contei pra coordenação. Daí em junho me demitiram, sem justa causa".*

Claudia Vianna (Professora na Faculdade de Educação da USP): *"Numa sociedade homofóbica como a nossa, onde o professor vai aprender a desconstruir o próprio preconceito e discriminação...?"*

78% dos participantes da marcha das mulheres lésbicas e bissexuais, 61% na Parada do Orgulho LGBTQ+ consideram a educação contra a LGBTQfobia uma pauta prioritária.

Fonte: Pesquisa #VoteLGBT realizada nos eventos de São Paulo em 2018.

Renan Quinalha (Advogado e Professor na UNIFESP): *"A escola é o espaço da sociabilidade, é o espaço das diferenças, é o espaço da troca, da pluralidade e as crianças precisam encontrar isso lá..."*

Amara Moira (Escritora): *"A minha escola ideal, é uma escola que cria espaços seguros de experimentação para essas crianças se descobrirem..."*

Johnny Hooker (Cantor e compositor): *"...que tiveram projetos como o 'kit anti-homofobia' pra se falar sobre inclusão social e diversidades nas escolas. Sem isso você não, você cria uma base totalmente alienada..."*

Rafael Cristiano (Ator e Educador): *"Se eu coloco alguma coisa na estrutura da escola não me garante que vai ter, né? Como foi o... os estudos afros, na história afro-brasileira e africana que por lei tinha que ter nas escolas, mas não teve".*

Luiza Coppieters (Professora de Filosofia): *"Aqueles que sempre estiveram no poder, sempre tiveram autoridade, não querem ter a sua autoridade questionada..."*

Johnny Hooker (Cantor e compositor): *"Você tem que educar para a diversidade e você não pode ceder às pressões de grupos..."*

Renan Quinalha (Advogado e Professor na UNIFESP): *"A gente não pode entrar nesse pânico moral que foi criado com a chamada ideologia de gênero, né? As questões de gênero vão ser debatidas desde cedo, conversadas desde cedo coma criança..."*

Claudia Vianna (Professora na Faculdade de Educação da USP): *"O perigo...vamos tirar 'gênero' de tudo, como se ao tirar o "gênero" da letra da lei, eu tirasse o "gênero" da escola. É impossível, por quê? Porque não se tira "gênero" da vida..."*